



# ESTADO DE RONDÔNIA

# DIÁRIO

# OFICIAL

DA

# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nº 82

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2007

ANO XXV

## SUMÁRIO

**4ª SESSÃO ESPECIAL DA 1ª SL  
PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NA 37ª SO  
PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NA 38ª SO  
ATOS DIVERSOS**

**4ª SESSÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA.  
Em 20 de junho 2007.**

**"PARA EXPLANAÇÃO DO SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO  
JÚNIOR SOBRE AS AÇÕES E LIBERAÇÃO DE ALVARÁ  
AMBIENTAL DAS USINAS DO MADEIRA".**

**Presidência do Sr.  
Neodi Carlos – Presidente**

**(Às 9 horas 23 minutos é aberta a sessão).**

**COMPARECEM OS SENHORES:** Wilber Coimbra (PSB), Neodi Carlos (PSDC), Valdivino Rodrigues (PRP), Euclides Maciel (PSL), Alex Testoni (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Tiziu Jidalias (PMDB), Amauri dos Santos (PMDB), Marcos Donadon (PMDB), Chico Paraíba (PMDB), Daniela Amorim (PTB), Kaká Mendonça (PTB), Professor Dantas (PT), Neri Firigolo (PT), Dr. Ribamar Araújo (PT), Ezequiel Neiva (PPS), Jair Miotto (PPS), Luizinho Goebel (PV), Miguel Sena (PV), Maurão de Carvalho (PP), Maurinho Silva (PSDB), Doutor Alexandre (PTC) e Valter Araújo (PL).

**O SR. PRESIDENTE(Neodi Carlos)** – Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Sessão Especial para ouvir o Diretor de contratos da empreiteira Odebrecht, o senhor José Bonifácio Pinto Júnior. Queremos registrar a presença também do Sérgio França Leão, Diretor do Meio Ambiente. Esta Sessão Especial requerida pelo Deputado Alex Testoni: - "requer à Mesa que seja realizada uma Sessão Especial no dia 20 de junho às 9 horas, convidando o senhor José Bonifácio Pinto Júnior, Diretor do contrato da Construtora Norberto Odebrecht, para fazer explanação sobre as ações da liberação de alvará ambiental das usinas do Madeira. Convido o senhor Deputado Alex Testoni, proponente desta Sessão, para acompanhar até à Mesa Diretora o ilustre convidado José Bonifácio Pinto Júnior.

Inicialmente ouviremos o senhor José Bonifácio Júnior por um prazo de uma hora, prorrogável por igual período, afim de que o mesmo possa fazer uma explanação geral sobre o temário proposto, e logo após será concedido à palavra aos senhores Deputados. Os senhores Deputados poderão formular as perguntas esclarecedoras pelo prazo de dez minutos, sendo que o autor terá quinze minutos e o convidado terá igual prazo para responder a pergunta formulada.

Concedo a palavra ao senhor José Bonifácio Pinto Júnior por um prazo de uma hora.

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JÚNIOR** – Muito obrigado senhor Presidente, Gostaria de agradecer o convite que foi feito à Construtora Norberto Odebrecht, feito pelo Deputado Alex Testoni, vice-Presidente da Casa, em nome do qual eu gostaria de cumprimentar todos os Deputados presentes e o público em geral.

É muita honra, nós temos muita honra de estar mais uma vez em Porto Velho, nós temos estado aqui permanentemente no sentido de esclarecer, de promover a socialização do conhecimento a respeito do projeto, através de diversas modalidades: Audiências Públicas, reuniões com entidades locais e agora aqui na Assembléia. Com muita, honra nós estamos aqui e eu gostaria de mais uma vez agradecer o

convite. Como eu disse, nós estamos num trabalho incansável, há dois anos já, de divulgação desse empreendimento que se transformou no principal empreendimento desse País e, que o crescimento, não só o crescimento, como também o PAC, que é o Programa de Aceleração do Crescimento dependem imensamente. E Rondônia deve está se sentindo extremamente privilegiado, por ser, onde esse empreendimento será instalado, principalmente aqui no município de Porto Velho, já que os dois empreendimentos estão todos dois dentro do município de Porto Velho. Como eu disse, é o principal empreendimento hoje no País, é ele que vai garantir ao longo dos anos de 2012 e 2013 e uma parte de 2014 a energia que esse País irá necessitar para o seu crescimento.

Todos sabem que o crescimento é fator preponderante para o bem estar, distribuição de renda de todos, e sem crescimento não há emprego, não há saúde, não há educação. Nós estamos há diversos anos trabalhando com taxas de crescimentos baixos que tem feito com que o País não tenha entrado numa crise ainda muito grande de energia. O crescimento pequeno tem exigido uma menor demanda de energia e com isso o que existe hoje instalado no País, tem conseguido atender ainda de uma maneira modesta. Mas a partir de 2010, todos os analistas já prevêem uma forte crise no setor, talvez não com apagão, mais sim com o aumento da tarifa de energia em razão de não existirem empreendimentos hidrelétricos em número suficiente para atender a demanda futura. Então neste caso, será necessária a instalação de usinas termos elétricas a carvão ou a gás, ou a óleo diesel para que garantam o crescimento a partir de 2010. Inicialmente o Projeto Madeira, o complexo do Rio Madeira que é formado por duas usinas, tinham uma previsão de iniciar a geração em 2011, e devido a uma série de fatores hoje ainda é possível que se inicie a geração a partir 2012, caso o leilão venha ser realizado até o mês de setembro deste ano. Caso contrário, essas usinas só poderá iniciar sua geração a partir de 2013. Isso tem uma consequência importante porque já perdemos o ano de 2011 com geração hídrica e vamos perder agora, caso não haja o leilão o ano de 2012 também. Isso representa um aumento de custo na conta de energia de todos, aumenta também o envio de divisas pela importação de petróleo e óleo diesel e gás, porque aumenta a demanda exatamente desse tipo de combustível e prejudica a todos.

Então é importante que todos nós possamos, de alguma maneira, contribuir para que esse empreendimento possa ser iniciado no próximo ano, a partir de 2008. Nós temos trabalhado intensamente junto às entidades locais, no sentido de preparar, não só a cidade, como também o Estado todo

para atender à demanda de empregos e com isso tenha uma menor migração de pessoas para trabalhar na região. Bom, sem me alongar muito, eu peço autorização para o Presidente da Mesa, se é possível começar já a apresentação?

**O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos)** – Com certeza.

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JÚNIOR** – Pois não. Então eu gostaria, Sergio, por favor. Nós temos aqui um roteiro de apresentação, onde nós fazemos uma abertura, falamos um pouco da Odebrecht, um histórico do empreendimento até agora. Passemos um filme a respeito do empreendimento.

**O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos)** – Nós vamos fazer o seguinte, nós vamos inverter, nós vamos nos mudar para lá, eu pediria para assessoria de imprensa trazer o microfone sem fio e nós vamos nos mudar para cadeiras lá em baixo, que vai ficar melhor para gente acompanhar, também dar para colocar mais de frente aqui o telão para as pessoas que estão nas galerias possam ter uma visualização melhor.

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JÚNIOR** – Bom, podemos começar Presidente. Bom, como eu estava falando vamos fazer um histórico do empreendimento, um filme sobre o Rio Madeira, aspectos ambientais, para isso eu trouxe o nosso Diretor do Meio Ambiente, o Sergio Leão, o futuro de empreendimento e finalmente um filme institucional aqui a respeito do Rio Madeira.

Bom, como eu havia dito, vou fazer um breve histórico dos trabalhos que foram desenvolvidos até o momento, tanto pela Construtora Norberto Odebrecht, quanto por Furnas, Centrais Elétricas que no ano de 2001 fizeram uma associação visando a realização desses estudos tanto de inventário, quanto de viabilidade.

A Legislação Brasileira prevê que qualquer um cidadão ou empresa possa requerer o registro ativo para a realização dos estudos de inventário, então a Construtora Norberto Odebrecht requereu junto à ANEEL que é Agência Nacional de Energia, o registro ativo e em seguida convidou Furnas para fazer uma parceria para o desenvolvimento desses estudos. Esses estudos foram desenvolvidos a partir de junho de 2001, até o mês de novembro de 2002. Em dezembro de 2002 esses estudos foram aprovados pela ANEEL, o que ratificou a identificação dos dois aproveitamentos hidrelétricos possíveis que existiam entre Abunã e a região de Porto Velho, na verdade existem três aproveitamentos hidrelétricos dos quais, um foi destacartado e ficaram dois, que, foi Santo Antônio e Jirau. A

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

*Secretaria Legislativa - Adair Marsola*  
*Divisão de Publicações e Anais - Domingos Sávio*  
*Divisão de Taquigrafia - Elizete Oliveira Costa*

O DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA FOI CRIADO PELA RESOLUÇÃO Nº 05/83, ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

**Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia**  
**Palácio Teotônio Vilela**  
Rua Major Amarante, 390  
Arigolândia  
CEP 78.900-901 Porto Velho-RO

#### MESA DIRETORA

**Neodi Carlos** - Presidente  
**Alex Testoni** – 1º Vice-Presidente  
**Miguel Sena** – 2º Vice-Presidente  
**Jesuvaldo Pires** – 1º Secretário  
**Chico Paraíba** – 2º Secretário  
**Ezequiel Neiva** – 3º Secretário  
**Maurinho** – 4º Secretário

**Controle geral de processamento:** Domingos Sávio.  
**Controle de fluxo de documentos:** Célia Aguiar  
**Correção Gramatical, Ortográfica e Redacional:** Matias Mendes, Iris de Oliveira e Fátima Araújo.  
**Indexação e Processamento de textos:** Sandra Almeida, Mariléia Azevedo, Juliana Antonia, Pedro Rocha e Fátima Albuquerque.  
**Revisão de textos:** Maria do Socorro.  
**Revisão técnica final das sessões:** Maria do Carmo e Edmilcia Fátima Martins.  
**Controle Digital e Diagramação:** Ana Cristina Favacho e Robison Luz da Silva.  
**Distribuição e org. Anais:** Terezinha Dias .

possibilidade de instalar um terceiro aproveitamento em Teotônio foi descartada em razão da análise sócio ambiental que foi feita na ocasião, prevalecendo sobre Teotônio à hidrelétrica de Santo Antônio. Então em dezembro a ANEEL aprovou. E imediatamente no ano seguinte, nós iniciamos a realização do estudo de viabilidade. Aqui no inventário, é importante destacar o seguinte, a finalidade do estudo de inventário, é de identificar os potenciais hidrelétricos existentes num determinado trecho do rio. Como eu disse aos senhores, nós identificamos dois, quando se parte para o estudo de viabilidade, já se parte para estudar cada aproveitamento separadamente e não mais o conjunto. —Aqui, a partir de janeiro de 2003 nós iniciamos os estudos de viabilidade de Santo Antônio e de Jirau, esses estudos foram concluídos em abril de 2005 quando nós entregamos o último que foi Santo Antônio. Em dezembro de 2004, nós havíamos entregado o estudo de viabilidade de Jirau, em abril de 2005 Santo Antônio. Em paralelo, alguns dos senhores devem se lembrar, foi realizado na cidade de Porto Velho, uma audiência pública pelo IBAMA que visava a obtenção e o estabelecimento do termo de referência para a realização dos estudos ambientais, essa reunião ocorreu em maio de 2004, aqui houve a reunião, a audiência pública o qual eu falei que é exatamente para estabelecer os termos e em setembro foi estabelecido o termo de referência. Esse termo de referência dos estudos ambientais, tem por finalidade estabelecer, que disciplinas deverão ser estudadas, dentro dos estudos ambientais, tipo a questão de peixe, discernimento, fauna, flora, tudo que consta de um estudo bastante completo. É um documento que teve trinta e três volumes, um estudo bastante amplo, como talvez não tenha sido realizado na Amazônia até agora. O Sérgio Leão vai falar um pouco a respeito disso, exatamente porque as entidades regionais nunca tiveram recursos disponíveis para a realização de estudo desse porte, essa é uma das grandes vantagens de um aproveitamento hidrelétrico, é que obriga a realizar esses estudos e que a comunidade local passe a conhecer o que existe naquele rio. Então se vocês pegarem um capítulo que tem a fauna, que trata dos peixes, vocês vão ver que foram identificados 457 espécies de peixes que nunca haviam sido identificados. E na verdade se fala erroneamente que essas 457 espécies de peixes levam a que o Rio Madeira seja o rio que tenha a maior diversidade do mundo, é, porque os outros rios não foram estudados, lógico que quando isso vier a ser estudado, possivelmente os outros rios, como, Purus, Xingu, apresentem uma número semelhante a esse de espécie de peixes, na verdade só tem isso no Madeira, porque na verdade foi feito um estudo e esse estudo conseguiu identificar.

E a partir de 2006 entre fevereiro e junho o consórcio Furnas-Odebrecht realizou e apresentou ao IBAMA os esclarecimentos que eles haviam levantados a respeito dos estudos, ou seja, algumas dúvidas haviam sido levantadas e nós fizemos um trabalho nesse período de esclarecimento.

Em setembro de 2006 o IBAMA após análise dos esclarecimentos que nós enviamos, emitiu um aceite, esse aceite tem um significado muito importante, porque é como se o IBAMA se desse por satisfeito com todos os estudos que foram apresentados e os esclarecimentos que foram apresentados a posteriori. E com isso, com esse aceite autoriza a realização das audiências públicas. Essas audiências públicas foram realizadas em número de quatro, aqui no município, começando

por Abunã, Jaci Paraná, Mutum Paraná e Porto Velho, inicialmente houve uma ação do Ministério Público Federal, Estadual para que as audiências públicas não fossem realizadas e a Justiça Federal deu a liminar, as duas primeiras audiências não puderam ser realizadas, mas essa liminar foi derrubada em Brasília pela Desembargadora que permitiu que realizássemos as audiências de Jaci Paraná e de Porto Velho conforme havia sido marcada. Quinze dias depois foram realizadas as duas audiências que não puderam ser realizadas na data anterior, que foi Abunã e Mutum - Paraná. Essas audiências públicas foram realizadas com absoluto sucesso, houve uma participação intensa da população em todas essas localidades, em Porto Velho nós chegamos a ter mais de 2.500 pessoas no Hotel Aquarius, foi realmente uma audiência muito importante, assim como todas as outras, uma participação intensa dos ribeirinhos e dos moradores de cada localidade.

Essa audiência pública permitiu que fosse dado o passo seguinte, que eu vou mostrar mais ao final, que exatamente permitiu que o IBAMA pudesse concluir seus estudos para emissão da licença prévia.

Eu vou passar agora um breve filme que substitui uma apresentação, que é sobre o rio Madeira e mostra a importância do rio Madeira não só para Rondônia, também como para o Brasil todo.

Por favor, Sérgio.

#### **(Exibição de um filme sobre o rio Madeira).**

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JÚNIOR** – Bom agora esse vídeo tem a grande finalidade de dar uma visão bastante ampla da importância do empreendimento não só para Rondônia como para o Brasil. E agora eu gostaria de passar a palavra para o Sérgio Leão que é o nosso Diretor de Meio Ambiente para ele falar a respeito dos aspectos ambientais e dos estudos que foram realizados.

**O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos)** – Eu queria pedir a colaboração de todos para que a gente pudesse fazer silêncio porque a explanação é muito importante, vai falar do meio ambiente, para que todos nós que estamos aqui possamos ouvir com clareza o que o nosso técnico da Odebrecht e responsável pela questão do meio ambiente possa nos esclarecer essa questão. Queria pedir a compreensão a todos. Muito obrigado.

**O SR. SÉRGIO FRANÇA LEÃO** – Bom dia a todos, Srs. Deputados, público presente. Agradeço a oportunidade e farei um resumo dos estudos ambientais que foram realizados para o projeto Madeira, os principais aspectos estudados, assim também como os programas e as propostas de compensação, mitigação e controle ambiental que já fazem parte do projeto.

Bom, primeiramente, os estudos ambientais realizados para o projeto cumpriram todo ritual legal da legislação brasileira, o termo de referência feito pelo IBAMA, à composição da equipe de pesquisadores e consultores com profissionais experientes, principalmente da região, então contamos com a participação da UNIR, do Instituto de Pesquisa da Amazônia, do IPEPATRO em Porto Velho, da CPRM também de Porto Velho, do Museu Emílio Guedi, de Belém do Pará, além de consultores individuais especificamente com experiência na Amazônia.

Fizemos um levantamento detalhado por mais de um ano para cobrir o ciclo hidrológico, ou seja, seca e enchente, principalmente com relação aos estudos no rio.

Um levantamento detalhado com toda população afetada nas regiões dos futuros reservatórios, e um número muito constante e elevado de reuniões e discussão com a comunidade para mantê-la informada do andamento dos estudos.

Inicialmente, então, os dois empreendimentos; Santo Antônio e Jirau, foram definidos, são empreendimentos que alagam relativamente pouco. Essas duas figuras aqui mostram no caso de Santo Antônio nós, à época dos estudos, identificamos 437 domicílios na área do reservatório e nós vemos que nesse desenho escuro, nessa parte escura (mapa) já é o que o rio ocupa hoje com a sua calha na época de cheia, e o reservatório fará crescer mais cerca de 40%, então é um reservatório relativamente com um rio um pouco mais largo, mas é diferente desses grandes reservatórios como Tucuruí, Itaipu ou mesmo Balbina e Samuel que está aqui próximo.

Já o reservatório de Jirau, na época dos estudos nós identificamos 326 domicílios, ele atingirá uma área de 258 Km<sup>2</sup>, dos quais cerca de 47% já são da calha do rio a serem inundados adicionalmente 53%. Então nós estamos vendo que em ambos os casos, por volta de 270 Km<sup>2</sup>, um pouco menos da metade será a inundaçãõ adicional, ou seja, o rio já ocupa naturalmente com sua calha na época de cheia cerca da metade dessa área do futuro reservatório.

Também fizemos um estudo do corredor da futura linha de transmissão que unirá Porto Velho até Cuiabá, isso para identificar se existe essa área, se é possível passar essa linha de transmissão nessa extensão aqui de cerca de 1.400 quilômetros. Não é um estudo de impacto ambiental da linha de transmissão, porque uma das questões que foram levantadas é essa, o estudo de impacto das barragens não inclui a linha de transmissão. De fato. O próprio IBAMA disse o seguinte: ; – vocês vão fazer o estudo de corredor, ou seja, identificar o corredor para ver se é possível passar com uma linha de transmissão e mais tarde será feito um estudo de impacto ambiental específico para alinha de transmissão.

Esse corredor, então, ele segue basicamente a BR 364, e a gente vê aqui que nessas áreas escuras (mapa) que são ou áreas protegidas por florestas e parques e reservas ou áreas indígenas, é possível passar aqui, inclusive, como alternativa de traçado em toda sua extensão sem afetar áreas indígenas ou áreas protegidas.

Um ponto importante é a questão do emprego, do número de pessoas que trabalhará nessas obras. Em cada uma delas. O prazo de construção será em torno de 7(sete) anos. Então nós estamos falando, embora uma não seja em seqüência a outra, há uma super posição. Mas nós estamos falando em cerca de 10(dez) anos de obras, começando uma e posteriormente iniciando a segunda. Numa média de 4.500 podemos atingir de dez a doze mil trabalhadores por obra, isso nós estamos falando de pessoas empregadas diretamente, sem ser aquelas prestadoras de serviço ou associados a outros empreendimentos que fornecerão para obras, chegando até 14 mil no pico da obra.

Já estamos trabalhando, principalmente com esse foco, que os trabalhadores sejam principalmente aqueles trabalhadores da região já existentes ou a serem preparados

e treinados para priorizar essa contratação futura e reduzir o afluxo de pessoas de outras regiões em busca de emprego. Então já há uma previsão de investimento em capacitação com acordos, principalmente com o sistema SESI e SESC e com a participação do FAT e do Governo do Estado e Prefeitura municipal na preparação dessa mão-de-obra regional.

Como é que esses trabalhadores serão alojados? Em Santo Antônio haverá alojamento no canteiro de obras, porque nós prevemos que parte das pessoas que irão trabalhar poderão habitar em Porto Velho, já em Jirau a previsão é de alojamento no canteiro de obras e a vila residencial em Jacy-Paraná. Todas essas instalações serão contempladas, evidentemente, com todo sistema de saneamento, seja aterro sanitário, esgotos, tratamento de água, atendimento de saúde no canteiro de obras, além de educação ambiental das pessoas no canteiro de obras. Então, a idéia é que os canteiros sejam dotados de uma infra-estrutura adequada para que nós tenhamos esse número de pessoas trabalhando conforme os preceitos ambientais.

Bom, Porto Velho, evidentemente pela proximidade de Santo Antônio com Porto Velho há possibilidades de que pessoas venham aqui em busca de novas oportunidades e tragam uma pressão adicional sobre os serviços, infra-estrutura, principalmente serviços públicos de saúde, educação e segurança, mas por outro lado há uma previsão de aquecimento da economia com uma nova dinâmica de prestação de serviços, de fornecedores e de emprego e geração de renda.

Então, o programa contido nos estudos de impacto ambiental prevê uma série de ações e investimentos, em parceria, principalmente, com a prefeitura municipal de Porto Velho em suporte a essa melhoria de infra-estrutura e serviços, e nós estamos falando aqui de educação, saúde pública, segurança e transporte principalmente, através de parcerias com as concessionárias e de melhoria da infra-estrutura afetada. Além do mais já há uma, a partir do entendimento com o empresariado local, a capacitação desse empresariado para prestar serviços à obra durante a sua implantação, assim como o projeto de geração de renda que eu falarei mais tarde.

Bom, Santo Antônio evidentemente que será uma região mais afetada porque ali será o sítio da obra, embora haja regiões de exclusão, por exemplo, o cemitério de Santo Antônio não será afetado, a via de acesso local tampouco, mas há necessidade de desmatamento, abertura de vias de acesso e proteção para evitar os incômodos à população local, assim como também, principalmente, a proteção do patrimônio cultural.

A Estrada de Ferro Madeira Mamoré. A Estrada de Ferro Madeira Mamoré em sua maior extensão não será afetada, em alguns trechos sim, Santo Antônio é uma pequena região de afetação, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, já avaliou essa condição e determinou que essa afetação no sítio de Santo Antônio é viável, porém será necessário incluir um programa de compensação e de revitalização desse trecho de Porto Velho até Santo Antônio. Então isso está previsto, investimento também pelo projeto na recuperação do museu e na melhoria das condições desse patrimônio histórico no trecho de 8 quilômetros entre o pátio ferroviário até Santo Antônio .

Jacy-Paraná. Jacy-Paraná, aqui nós vemos a BR 364, o rio Jacy-Paraná chegando próximo ao Rio Madeira fica

aproximadamente aqui ao lado. Serão 87 domicílios atingidos principalmente aqui, são pessoas que vivem já na beira do rio em condições relativamente precárias, outras não, mas a situação já é de muita proximidade com o curso da água, na medida em que vai haver uma elevação desse curso da água vai ser necessário remover essas pessoas dessa região. Então há uma previsão de investimento em Jacy-Paraná, com saneamento, principalmente, de toda essa região e a relocação dessas pessoas na beira do rio, assim como também a implantação de uma vila residencial e melhoria das condições de infra-estrutura urbana em todo o núcleo urbano de Jacy-Paraná. Então em Jacy-Paraná há várias ações, principalmente do aspecto de saúde, apoio às atividades de lazer e turismo, porque a praia de Jacy-Paraná será afetada, portanto há previsão de construção de uma nova praia e de formação de um novo sítio de lazer e turismo. Suporte a prefeitura para melhoria da infra-estrutura urbana, parcerias para saneamento, recomposição e remanejamento dessas famílias que aqui vivem na beira do rio.

Em Teotônio. Teotônio é uma vila que será afetada por que ali o reservatório de Santo Antônio ao ser formado afetará essa comunidade que vive aqui. São 84 domicílios que foram identificados, sendo 68 na região de Teotônio.

Em amarelo aqui a gente vê o nível do rio aproximadamente na época seca, quando ele sobe, ele evidentemente chega bem mais próximo aqui essa comunidade. Quando há formação da barragem nós vemos que o nível d'água passará sobre essa região hoje habitada, então essa comunidade aqui terá que ser relocado, ela já sabe, nós já estivemos lá várias vezes, há um processo de discussão de informação e de futuramente de identificação do sítio de mudança que entendem que deverão viver aqui próximo ao rio futuramente.

Então Mutum Paraná é uma outra região que será afetada já agora no reservatório de Jirau, lembrando o seguinte, o Governo Federal identificou que primeiramente ele levará a leilão Santo Antônio e num segundo momento Jirau. Então quando será a época da construção de Jirau, haverá uma afetação de Mutum Paraná. Essa região de Mutum Paraná aqui, que é uma região baixa e será afetada em quase sua totalidade. Então a proposta do projeto é que esses 214 domicílios, também estabelecimentos comerciais nessa região sejam inteiramente relocados. Há previsão de uma criação de uma nova Mutum - Paraná com infra-estrutura, com a identificação de um sítio, já há também o estabelecimento de um processo de discussão com essa comunidade que manifestou o desejo de ser relocado para um sítio próximo da BR e pelas condições de acesso. Então há hoje em curso essa discussão para seleção do local, esse local contará com infra-estrutura completa urbana, a construção de novas moradias e a previsão principalmente de um forte trabalho no controle de endemias, especialmente a malária dada à prevalência dessa doença nessa região. Os moradores ribeirinhos que estão fora de Jaci, Teotônio, Mutum, eles foram identificados que são 266 domicílios rurais no reservatório de Santo Antônio e 112 em Jirau. Aqui pela maior proximidade, Porto Velho há maior número de pessoas. Essas pessoas já foram identificadas, todas cadastradas. Ainda, evidentemente não está definido quando é que será relocação, mas elas já foram informadas que deverão ser relocadas, podendo ser indenizadas, caso desejem

sair da região ou serem relocadas na própria propriedade, se a propriedade se manter viável ou ainda fazer parte de um reassentamento rural, aí virá com a formação de agrovilas, provavelmente pela manifestação do desejo de todos de serem removidos e manterem suas relações de vizinhanças.

Fortaleza do Abunã e Abunã. Abunã não será afetada, ela está na parte superior de Jirau, portanto o reservatório naquela região não chega a mudar os níveis da água, então não será necessário nenhuma relocação em Abunã, nem tão pouco em Fortaleza do Abunã aqui mostrada, é uma foto na época de cheia, o rio Abunã é esse aqui (mapa), tem uma cachoeira e essa região aqui do lado brasileiro. Aqui já é Bolívia e do lado boliviano aqui formam as praias que são utilizadas para o turismo na época do rio em baixa. Essas praias não serão afetadas porque a variação do nível da água aqui em Abunã, em Fortaleza do Abunã, será a mesma que ocorre hoje, não haverá mudança desse nível da água aqui, portanto esses usos dos balneários serão mantidos, e essas praias poderão continuar disponíveis como são hoje.

Há uma discussão a questão dessa afetação do lado boliviano, não haverá mudanças dos níveis da água a partir de Abunã ou Fortaleza do Abunã, porque nós temos ali naquela região a operação de um posto de medição de vazões do lado brasileiro que assegura que essa altura de água ali poderão ser mantidas como elas ocorrem hoje.

A questão do garimpo é outra atividade importante, embora no passado tivesse muito mais incidência na região, mas há uma atividade garimpeira ainda economicamente forte para uma população que depende dela, principalmente aquela que explora através de dragas e balsas. As balsas operam principalmente no período de águas baixas e as dragas por ser equipamento de maior porte podem operar tanto nos rios cheios quanto baixo.

Aqui nós fizemos um levantamento, na época dos estudos nós tínhamos 115 dragas e 164 balsas e a idéia é que essa atividade se mantenha viável, ou seja, que ela não seja interferida pelos reservatórios, será necessário uma adequação das balsas para permitir que elas trabalhem com o rio mais cheio, mas não para as dragas que já trabalham hoje, porque em relação ao rio cheio haverá pouca mudança do que é hoje. Portanto a atividade garimpeira poderá continuar mesmo com a construção dos reservatórios.

Então, hoje, nós já tivemos, nós já tivemos entendimento, há uma negociação em curso, mas principalmente o foco na recomposição da atividade para que ela se mantenha dentro de critérios agora legalizados, cada um com a sua licença ambiental específico.

A questão do desmatamento na região dos reservatórios, ambos os reservatórios de Jirau e de Santo Antônio serão desmatados, portanto não ocorrerá nesta região o quê ocorreu em Samuel com a submersão de uma floresta e formação daqueles paliteiros, então haverá o desmatamento, a limpeza do reservatório numa área aproximadamente de 10 mil hectares em Santo Antônio e Jirau de 11 mil hectares, ou seja, metade da água do reservatório que hoje é ocupado por matas será desmatada, a outra não será necessária porque já são pastagens, já foram desmatadas no passado. Então há um programa de acompanhamento para que esse desmatamento seja feito de acordo com a coleta de espécie vegetal e animal, a recuperação das áreas e previsão de uma

compensação ambiental pela inundação de áreas com investimentos nas áreas protegidas da região.

Aqui eu vou passar rápido, mas há várias áreas protegidas chamadas Florestas Estaduais de Rendimento Sustentável, reservas extrativistas, estação ecológica do rio Vermelho, em termos percentuais nós vemos aqui que todos serão muito pouco afetados menos, na sua maioria, de um por cento, a única que é mais afetada é área de proteção ambiental do rio Madeira que é uma área extensa, mais de mil, aqui nós estamos falando em hectares, mais de três mil hectares. Mas essa, como a característica de área de proteção ambiental permite o uso econômico, então não é uma interferência indevida nas demais áreas a interferência é muito pequena, nós estamos vendo alguns hectares, por exemplo, aqui na estação ecológica e 18 mil hectares, somente 8 serão afetados.

Então, há muito pouca afetação nas áreas protegidas existente nesta região. Então a proposta de criação de unidade de conservação e os dois projetos somados prevêm um investimento de cerca de oitenta e quatro milhões de reais em valores, de dezembro de 2005 para a melhoria dessas unidades de conservação aqui já existentes. A questão das terras indígenas, nós estivemos com as comunidades indígenas, tem aqui a comunidade Karitiana aqui presente, representantes, nós tivemos já algumas reuniões com eles discutindo os impactos, o alcance do projeto, não haverá inundação de nenhuma dessas áreas indígenas pelo projeto, a que se situa mais próxima é a Karitiana, cerca de dez quilômetros do reservatório, do lado oposto da BR-364.

Mas fizemos também estudo das comunidades Caripuna, Laje, Ribeirão e Uru-eu-wau-wau, e há um programa de proteção e melhoria das condições nessas comunidades indígenas, já incluído no programa ambiental dos estudos já realizados.

Outro ponto importante é a questão da malária, por ser uma região endêmica de malária, especialmente com a sobrecarga de serviços de saúde em Porto Velho, por cerca de vinte mil casos de malária por ano, como que isso poderá ser afetado com a vinda de pessoas, a concentração de trabalhadores para que isso não se torne uma epidemia ainda mais ampla? Principalmente com a contribuição IPEPATO aqui de Porto Velho, e do INPAR de Manaus foi realizado um amplo estudo sobre a prevalência desta doença, a questão dos vetores, a situação da população e o programa talvez um dos maiores programas previstos dos estudos ambientais é o de controle de malária que os pesquisadores afirmaram categoricamente se houver investimento e se a infra-estrutura de apoio estiver disponível, não só é possível controlar a malária como reduzir os níveis hoje existentes em toda essa região. Então o programa da malária prevê uma ação desde Abunã até Porto Velho não somente canteiros de obras, mas também para a população que ali vive.

Bom, aqui é um resumo disso, mais aparelhamento das unidades de saúde, a capacitação de profissionais, equipe de saúde da família, ampliação de Assistência Saúde, acompanhamento de doenças, controle dos focos, esclarecimentos e reforços da infra-estrutura de saneamento, ou seja, há um investimento muito significativo dentro dos estudos ambientais prevendo essa melhoria de condições de saúde da população, não somente a população trabalhadora, mas aquela que vive em toda essa região.

Outro ponto importante, é a questão da pesca e dos peixes, principalmente porque uma população depende dela para sua alimentação, outra depende para a sua atividade econômica e a própria ecologia do rio que mantém, é necessário, que esse peixes migradores assim permaneçam. Foi feito um dos mais amplos estudos da Amazônia, até hoje é conhecido pelos pesquisadores brasileiros aqui nesse trecho a 80 quilômetros abaixo de Porto Velho, até Guajará-Mirim, não só com a ecologia e estudo biológico dos peixes, como também da pesca, do desembarque pesqueiro. Os reservatórios evidentemente mudarão um pouco essa situação e a questão é que se essa mudança trará impacto ou o desaparecimento de espécie de peixes. Então há uma previsão que ao contrário, se esses empreendimentos Jirau e Santo Antônio incluir, por exemplo, a possibilidade da passagem dos peixes, ou seja, como é que eles vão subir? E nós pesquisamos isso, chamamos os maiores pesquisadores brasileiros estiveram aqui na região e recomendaram a solução de um canal seminatural, similar a situação natural que hoje existem, eles asseguram que os peixes subirão e é interessante que eles afirmam até o contrário, que uma das questões não é se os peixes vão subir, é que os peixes não podem subir em excesso, então haverá certa limitação por que hoje as cachoeiras são limitador natural, alguns peixes sobem, outros não. E esse limitador natural tem que ser traduzido para dentro desse canal, para permitir que da mesma maneira os obstáculos vão estar para uns e não para outros. Então essa atividade pesqueira poderá continuar, há inclusive a previsão de que os reservatórios haverá um aumento das populações de peixes pela possibilidade de uma maior área inundada, basicamente o dobro da área do rio hoje. Hoje nós sabemos que a área de maior rendimento pesqueiro está abaixo de Porto Velho, essa região de Porto Velho até Abunã é uma região que se caracteriza com menos pesca do que abaixo de Porto Velho e esse sistema de transposição de peixes que é um canal seminatural, procurar reproduzir essas condições hoje existentes. Então há um grande programa aqui dividido em várias atividades, não só de proteção das espécies de peixes e pesquisas adicionais para entender como é que se reproduzem, para onde eles migram? Qual é a população desses peixes? Como proteger esses peixes, assim como também da pesca, com a gestão dessa conservação dessas espécies, acompanhamento à pesca, apoio à pescadores, apoio para transporte do pescado de Teotônio a Porto Velho e orientação dessa pesca artesanal para ela se adaptar às condições dos futuros reservatórios. Eu não vou ler isso aqui, mais a actiofauna é um dos Programas Ambientais mais amplos, ou seja, o estudo dos peixes mais amplo que foram realizados, o fato de nós termos identificados 459 espécies, de fato demonstra que o Rio Madeira é rico. Mas ele é rico como qualquer outro rio da Amazônica que se fosse devidamente estudado, vai ser identificado dessa quantidade de peixes. Então há uma previsão que esse mecanismo de transposição, seja muito adequado por que nós temos um exemplo em Itaipu, lembrando o seguinte, nossas barragens previstas aqui serão barragens de baixa altura de 14 há 15 metros de altura. Então é mais fácil um peixe transpor um canal que sobe por uma barragem de 14 metros, do que uma barragem de alta altura. Caso de Itaipu nós temos um canal construído lá numa barragem 120 metros de altura, um canal de 8 quilômetros de extensão e lá foram identificado que todos os peixes migradores da bacia do Paraná

sobe esse canal em Itaipu. Então, e ele é flexível você pode aumentar a quantidade de água, aumentar altura de água, aumentar a velocidade para facilitar ou dificultar a passagem de determinadas espécies. E como isso aqui será um projeto ainda mais atualizado do que Itaipu, nós prevemos que as condições, que sejam mais ainda favoráveis e adequadas que a gente observa hoje em Itaipu. A questão dos reservatórios e dos sedimentos, foi outra questão também levantada, como são esses reservatórios, ou encher de sedimentos, se as várzeas do Madeira abaixo de Porto Velho continuar a serem utilizados durante a época de baixa, foi uma questão muito levantada e até hoje é uma pergunta que é feita, isso foi bastante estudado mas hoje nós temos confiança para responder. Primeiro, o Madeira é um rio que transporta a carga muito elevada no sedimento e todo mundo sabe pela a própria aparência das águas, metade dos sedimentos que entram no Rio Amazonas vem do Madeira. Com tudo esse sedimento é sedimento fino, é um sedimento argiloso, é um sedimento fácil relativamente fácil de ser transportado.

Então como os reservatórios terão velocidade? Para ser reservatório de baixa, de tempo de passagens, essa passagem dos sedimentos vão continuar ocorrer no futuro reservatório como acontece hoje. Então hoje nós temos 94% de sedimento estão suspensos, quer dizer, estão na água, só uma pequena parte cerca de 6% são arrastado no fundo do rio. Então esses sedimentos continuarão a serem transportados, principalmente nas vazões elevado onde vem a maior carga. Então nós podemos responder que sim, a cultura de vazante abaixo de Porto Velho, vai poder ser realizada como é hoje, primeiro porque o regime do rio não vai ser mudado, o rio quando tiver em baixa hoje e vai continuar ter vazão baixa, não é um reservatório que forma um pulmão, é um reservatório pequeno que quando passar pouca água, ele vai passar pouca, se é muita ele também vai passar muita. Uma pergunta que nos é feita, vai parar de ter enchente abaixo de Porto Velho? Não. Esse reservatório não regula o rio, não muda o regime do rio.

Então quando o rio enche, encheu e quando baixou, baixou. Quando o sedimento vier ele vai passar. Então quem mora abaixo não vai provavelmente percebe nem diferença no regime do rio e na quantidade de sedimento, ou seja, a sua vida continua normal. Então essa é a resposta que esta aqui, o ponto importante é que a legislação brasileira prevê o que se chama compensação financeira pela inundação de áreas, ou seja, o município recebe uma compensação anual durante a vida útil do empreendimento e nós sabemos que esse empreendimento terá uma vida inicialmente da concessão de 30 anos, depois ela volta para o Governo, que toma decisão do que fazer se leiloa novamente ou se opera. Então o Município de Porto Velho receberá cerca de cinquenta milhões com número de base de 2003, atualizasse para hoje um pouco mais, cinquenta milhões por ano assim como o Estado também cinquenta milhões por ano devido a essa compensação financeira, isso não se trata de pagamento imposto, nem de renda e nem de circulação de recursos, é uma compensação prevista na legislação brasileira pela inundação de áreas e formação dos reservatórios. Além do mais, a questão da integração energética de Rondônia e Acre com o sistema elétrico com muito maior confiabilidade e a oportunidade de um desenvolvimento regional não só pela maior dinâmica

econômica, como pela disponibilidade de energia com fatura. Bom, além do mais, nós prevemos aqui alguns números, aumento de ICMS, ISS, imposto municipal. Uma previsão que cada um destes empreendimentos venha comprar aqui, cerca de cento e trinta, cento e vinte milhões no comércio local, e esses salários aqui por empreendimento. Serão salários que em grande parte circularam na economia regional, particularmente em Porto Velho.

Então há uma previsão de que a movimentação econômica de Porto Velho seja significativamente aumentada com esta movimentação de recursos.

Bom, então é esta, eu peço desculpas e compreensão pela rapidez, porque são temas, mas nós estamos à disposição para perguntas sobre este tema de Meio Ambiente, eu volto para o Doutor Bonifácio que concluirá falando sobre o futuro do empreendimento. Obrigado.

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO** – Obrigado. Bom, a idéia agora, já que nós fizemos um histórico no começo da apresentação, é de fazer agora quais são as perspectivas do futuro, a gente não deve ter mais do que 15, 20 minutos de apresentação e pode abrir as perguntas. Por favor! Qual é a expectativa nossa? Isso aqui tudo é um exercício de adivinhação, porque vocês sabem muito bem que a licença ambiental ainda não foi emitida. Todos no País, em Brasília têm uma expectativa de que esta licença ambiental seja emitida durante o mês de junho e com isso possibilitaria que o leilão pudesse ocorrer, é um leilão onde vai ser definido quem será o concessionário, e aqui nós quando estamos falando tanto da Construtora Norberto Odebrecht, como FURNAS nós não estamos falando aqui como vencedores de leilão, e sim como realizadores dos estudos. Nós vamos disputar o leilão ainda, não sabemos, apesar de termos feito os estudos, se nós seremos os construtores, ou seremos os empreendedores. É importante que isto fique claro, o leilão é previsto de ser realizado, se a licença sair e até o final de junho, o leilão ser realizado em setembro.

O leilão sendo realizado em setembro, Senhores, a expectativa é de que o empreendimento possa ser iniciado as obras em setembro de 2008. Por que esta diferença de tempo aqui? É porque neste período, de um ano, é previsto que sejam realizados diversos trabalhos: 1 - Que seja concluído o PBA que é o Programa, Projeto Básico Ambiental.

- Seja obtida a licença de instalação, porque com a licença prévia não permite que o projeto seja implantado, permite apenas que o projeto seja leiloado, a licença de instalação é que vai permitir de fato que o projeto seja implantado.

- É necessário também fazer a aprovação junto a ANEEL que é a Agência Nacional de Energia do projeto básico de engenharia. E, finalmente que também, consiga ser aprovado neste período, um financiamento junto ao BNDS, é o que nós chamamos aqui de Finance Closed, que é fechar a toda a operação. Nós estamos falando aqui de uma operação de empréstimo junto ao BNDS da ordem de oito bilhões de reais, dos quais quatro ele vai repassar diretamente e quatro ele vai repassar através de um Sindicato de bancos, por que ele também tem seus limites, de acordo com a Convenção da base LED não comprometer mais de 25% de seu patrimônio líquido em um único empreendimento.

Então, por isso é que saí de oito para quatro diretamente, que é o patrimônio líquido do banco é de dezesseis bilhões de reais. Então, para ficar dentro dos limites da base LED tem que emprestar apenas quatro.

Então, durante este ano entre setembro e setembro de 2008, são necessários que a gente desenvolva todas essas atividades.

Iniciando as obras nós estaremos em condições de fazer a escavação em rocha a partir de janeiro, iniciar as obras de concreto do vertedouro, já em novembro de 2009, iniciar o recebimento das unidades geradoras a partir de agosto de 2011, fazer o desvio do rio em 2012 e, gerar as primeiras unidades a partir de setembro de 2012.

Isto quer dizer que são quarenta e oito meses desde o início da obra até a geração da primeira Unidade. Afinal de contas nós estamos falando do terceiro maior empreendimento do País, e de um rio que é muito mais forte do que o Rio Paraná que tem instalado a Itaipu.

O Rio Paraná tem metade da vazão do Madeira, o Madeira é um rio que chega a quarenta e dois, quarenta e cinco mil metros cúbicos por segundo. Itaipu gera tanta energia exatamente por esta queda muito elevada que Sérgio Leão comentou, de cento e vinte metros, aqui, exatamente para a mitigação dos impactos ambientais nós preferimos fazer um empreendimento com baixa queda.

Bom, qual são os riscos existentes, ainda, para o empreendimento? A data da emissão da Licença Prévia por quê? Porque como vocês viram, o leilão só consegue ocorrer cerca de noventa, cento e vinte dias após a Licença Prévia. Se essa Licença Prévia for mais adiada do que já está sendo, o leilão vai ocorrer em outubro ou novembro, e a partir de setembro se a obra não for iniciada, ela vira, porque você não consegue fazer as obras de desvio do rio mais da maneira originalmente prevista. Então, só começaria gerar energia a partir de 2013.

Uma outra coisa muito importante que nós consideramos como risco. Que condicionantes virão dentro desta Licença Prévia? Essas condicionantes são aquelas em que são colocadas na Licença Prévia o que o empreendedor necessita fazer, de estudos complementares, para que seja dada a Licença de instalação? Então, se essas condicionantes forem razoáveis e vierem dentro do que é previsto do que é normal, usual, não há nenhum problema. E se vierem condicionantes absurdas, infelizmente aí isto é um provocador do adiamento do empreendimento.

Outro risco é a questão da data do leilão que é função da Licença Prévia, o conteúdo deste edital de leilão já que é um empreendimento diferenciado. Nós não estamos falando aqui de uma usina de duzentos megawatts, nós estamos falando de uma usina de três mil megawatts, em que a motorização se dá ao longo de três anos. Então tem condições muito especiais dentro do leilão.

Outro risco é a questão da tarifa, o Governo precisa determinar uma tarifa que seja atraente à iniciativa privada, porque este não é um empreendimento público, este não é um empreendimento de FURNAS, da Eletrobrás, da Eletronorte, esse é um empreendimento privado, quem vai deter a maior parte das ações, 51% é a iniciativa privada. Então, é necessário que haja uma tarifa atraente aos investimentos privados. E outro risco importante é a questão do valor da TUST que é a

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão que, em função da distância em que se encontra o empreendimento pode ser bastante elevada. E principalmente, para completar, as condições de financiamento do BNDS que estão sendo discutidas já há mais de um ano, o PAC que o Presidente Lula emitiu no início do ano, ele já trás algumas condições e algumas regras que são importantes. O rio Madeira em número, nós estamos falando entre 12 e 14 mil funcionários em cada empreendimento, volume de rocha é da ordem de 20 milhões de metros cúbicos de solo de 40 concreto, 2 milhões e meio de metros cúbicos; investimentos em equipamentos de terraplanagem de concreto na ordem de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais). Nos estudos de inventário e de viabilidade já foram gastos R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) e o empreendimento de Santo Antônio tem uma potência instalada de 3.150 megawatts.

As fases do empreendimento que eu falei: assinatura do contrato de concessão; elaboração do Projeto Básico Ambiental; o Projeto Básico de Engenharia; o Financiamento com o BNDS e as providências de mobilização.

A Fase II: elaboração do Projeto Executivo, obras civis, e montagem teste de comissionamento e implantação dos programas ambientais. Aqueles programas ambientais que foram detalhados pelo Sérgio Leão, eles vão ser implantados exatamente nessa fase. É previsto em cada empreendimento que esses programas ambientais sejam da ordem de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), que são esses programas tanto ambientais como sociais também. As oportunidades empresariais que nós temos discutido muito com a comunidade local com a FIERO, FECOMÉRCIO, nós temos aqui na questão de infra-estrutura local, é importante observar como praticamente todos os edifícios que estavam parados na cidade foram retomados sua construção, estão em fase de conclusão, ou seja, isso já é um sintoma importante da proximidade do empreendimento, há uma previsão de investimento muito grande tanto pela Prefeitura quanto pelo Governo do Estado, em obras de infra-estrutura. Então, apesar da cidade possuir um número da ordem de 20 a 30 mil pessoas desempregadas é possível que essa mão-de-obra desempregada não seja não consiga acompanhar ou atender as necessidades que o empreendimento e os empreendimentos em volta das hidrelétricas vão exigir. A gente está com a expectativa que de fato haverá um "Bum" econômico muito importante. Na questão de prestação de serviço nós temos uma quantidade enorme de atividades empresariais que podem ser trabalhadas para que preste serviço ao empreendimento, a questão de pães, lavanderias, existe, aluguel de veículos e por aí vai, um suprimento produtos de materiais, fabricação de peças, existe a previsão, Presidente de que a AUSTON venha a instalar uma Indústria Metalúrgica na cidade para fabricação das comportas, só essa indústria será capaz de gerar diretamente cerca de 400 empregos de uma mão-de-obra especializada e com a remuneração importante, e com a grande vantagem de que uma indústria dessas, é capaz de agregar outras indústrias menores em volta. Então isso é um fato importantíssimo como consequência da vinda do empreendimento.

E a implantação dos programas ambientais que eu citei que em cada obra nós temos aqui algo como quinhentos, quinhentos e cinquenta milhões de reais em investimento nessa



área. O valor dos empreendimentos, aqui não está com juros, durante a construção, nós estamos falando aqui de Santo Antônio, da ordem de onze bilhões e meio, JIRAU, da ordem de onze bilhões e seiscentos reais. Isso sem juros durante a construção.

E aqui Presidente, para encerrar a nossa apresentação, eu queria passar brevemente um filme, são 10 minutos, nada mais que isso que dá uma visão muito importante de tudo isso que nós falamos aqui.

#### (Apresentação do Vídeo)

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JÚNIOR** – Presidente, eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade e me colocar à disposição dos senhores para qualquer dúvida.

O que nós tínhamos para apresentar foi isso. Infelizmente foi um pouco rápido, mas eu espero que tenha atendido plenamente as colocações e o desejo de todos de conhecer o empreendimento. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos)** – Com certeza, e quero abrir a palavra aos Deputados que façam seus questionamentos, mas antes queria registrar a presença do Vereador Dvair vice-Presidente da Câmara municipal de Santa Luzia, também do Vereador José Wilson que foi Secretário da Câmara municipal também de Santa Luzia, do senhor Clay Milton Alves, Presidente do SIMPORO, também do senhor Silas Neiva, Presidente do SINDSAUDE, também do senhor Vereador Olvindo Luiz Donde, Presidente da Câmara municipal de Pimenteiras, professora Eneide Diretora Regional do SINTERO de Presidente Médici e Costa Marques, também da senhora Claudir da Mata, Presidente do SINTERO.

E eu passo a palavra ao Deputado o Professor Dantas, que irá fazer algumas perguntas ao senhor José Bonifácio Junior.

**O SR. PROFESSOR DANTAS** – Eu estive Professor Bonifácio, em Guajará-Mirim esta semana participando de um simpósio puxado pela UNIR e percebi lá uma preocupação daquela cidade, daquele pessoal, do povo lá em relação a se há algum impacto ambiental lá em Guajará-Mirim, ou não. Então eu vou passar esta preocupação, e fazer esta pergunta ao senhor, se pudesse nos dar uma explicação se haverá impacto ambiental em Guajará-Mirim, ou se não haverá impacto nenhum, de modo que a população estará assim muito apreensiva, muito preocupada. Inclusive eu estive numa linda chácara do Dúlcio, um amigo da gente em Guajará-Mirim e mora bem na beira do rio uma visão muito linda, uma ilha bem em frente, algumas cachoeiras e ele preocupado; - Dantas será que realmente as águas não vão chegar até essa minha chacinha, esse meu sitio não vai ser inundado e tudo isso que eu estou fazendo eu não vou perder rapaz, eu estou com um pé atrás. Então essa preocupação é do Dúlcio e também a preocupação de muita gente eu vi em Guajará-Mirim, se realmente haverá impacto lá ou não. Se as águas vão inundar até lá, ou não. Uns dizem que sim outros dizem que não. Então a comunidade está dividida lá com essa preocupação. E eu gostaria se o senhor tiver alguma informação para nós, o senhor pudesse nos passar nesse sentido.

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JUNIOR** – Perfeitamente Deputado. Eu vou inclusive e se o senhor puder passar o microfone portátil para o Doutor Sérgio Leão ele pode responder com dados técnicos. Mas eu quero lhe dizer o seguinte: que como foi mostrado na própria apresentação do Sérgio Leão aquela região já de Fortaleza do Abunã e de Abunã não será atingida, tanto que as praias que existem que são locais de lazer da população. Inclusive eu acho que boa parte da população acreana utiliza muito aquelas praias, não serão atingidas. Então como Guajará-Mirim está a cerca de talvez de mais de cem quilômetros deste ponto pode dizer ao seu amigo que ele fique tranquilo que não vai haver nenhuma dificuldade. Ontem eu estava conversando com o Governador, e o Governador me colocou de uma forma interessante que o pessoal de Costa Marques também está preocupado. Não haverá impacto direto nenhum nessas regiões, tanto de Guajará-Mirim, quanto de Costa Marques. Mas eu gostaria que o Doutor Sergio Leão respondesse com a maior propriedade, o tema.

**O SR. SERGIO FRANÇA LEÃO** – Bom, senhor Deputado, são de fato os estudos ambientais não identificaram impactos naquela região. Nós até tivemos várias vezes em Guajará-Mirim e estaremos também se for o caso de vencermos o leilão. Mas está previsto o acompanhamento da pesca, ou seja, o desembarque de pesca desde Guajará-Mirim até abaixo de Porto Velho, mas no sentido de ver se alguma mudança nessa pesca ocorrerá no futuro. Mas quanto a níveis de inundação ou formação de reservatórios, nada será previsto naquela região. Nós fizemos um estudo com vários níveis de cheias, inclusive as futuras cheias, simulando essas futuras cheias maiores do que aquelas que já aconteceram até hoje e registradas, e os níveis de cheia não são diferentes com ou sem reservatório. Ou seja, o que acontece hoje é o que acontecerá no futuro, ele só muda quando você está da metade do reservatório para baixo chegando a Jirau, mas da metade para cima o reservatório comporta como se fosse um rio. Portanto, nessa região o que enche hoje é o que vai encher no futuro.

**O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos)** – Eu quero registrar a presença do Vereador Pedrão, 1º secretário da Câmara de Seringueiras, também do senhor Marcos Marcolino, Vereador da Câmara municipal também de Seringueiras.

Com a palavra o Deputado Alex Testoni.

**O SR. ALEX TESTONI** – Gostaria de cumprimentar e agradecer o senhor José Bonifácio por ter aceito o nosso convite, e ter esclarecido e nos orientado, estou realmente bastante satisfeito com tudo aquilo que tecnicamente vocês mostraram com alto nível de competência.

Também agradecer o Sérgio Leão que está assessorando o José Bonifácio, cumprimentar o nosso Presidente Neodi Carlos, os meus colegas Deputados, o Comitê pro-Usinas, e também cumprimentar a todos que estão no plenário e a imprensa. E dizer a vocês que após estar mais inteirado das Usinas do Madeira eu me sinto ainda mais, senhor Presidente, mais indignado de que essa licença ainda não tenha saído.

O projeto é completo, o projeto é responsável, é um projeto de alta competência e de grande importância para o

nosso Estado de Rondônia. Se nós recebemos de presente da natureza o rio Madeira, porque tantas dificuldades? O rio Madeira é único, ele vai resolver o problema de energia do Brasil. Vai trazer grandes benefícios para o nosso Estado. Um deles que foi citado, para o município de Porto Velho quarenta e nove milhões e novecentos mil por ano e, ao Governo do Estado também o mesmo valor, fora outros benefícios. Rondônia precisa de progresso, o povo aqui nós sabemos que nós temos grandes dificuldades, muitos ainda nas periferias das cidades sofrem muito por falta de recursos e investimento. E esses bilhões que serão investidos no Estado de Rondônia é altamente necessário para o nosso desenvolvimento.

Temos que parar gente, com demagogia o IBAMA tem que parar com isso, pelo amor de Deus, dê a licença! Se outras usinas foram construídas alagaram muito mais áreas. Rondônia está preservando, devastando menos. E porque essa enrolação? Esse é um apelo que eu faço a Ministra, é um problema atrás do outro para não dar a licença para o Estado de Rondônia. A licença, senhor Presidente, nos pertence, o rio pertence ao Estado de Rondônia, que vai beneficiar o Brasil inteiro. Então, chega! Que dê logo essa licença, nós já fizemos um manifesto público aqui na Assembléia contra a ministra Marina Silva. Estamos aguardando a qualquer momento, eu quero me declarar defensor das usinas, sabendo da grande importância que tem para o nosso querido Estado de Rondônia, é a nossa vez do progresso, é agora a nossa vez. Então peço as autoridades, sabemos que o Presidente Lula é totalmente a favor, sei de várias reuniões que houveram em Brasília onde ele foi enfático para dar essa licença, e sempre um entrave, depois outro, depois outro e até agora nada. Até o final do mês é a previsão. Eu faço um apelo ao IBAMA que dê essa licença. Se deram para as outras usinas, por que não esta, que alaga muito menos do que as outras? Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos)** – Com a palavra o Deputado Luiz Cláudio.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO** – Parabenizar o Bonifácio pela apresentação, sem sombra de dúvida, nobre Presidente. Todos nós somos favoráveis às usinas, acho que a população de Rondônia, mais de 95%. Eu quero fazer uma pergunta, foi falado aqui, sobre a questão dos peixes, mas eu não ouvi nenhuma proposta, por exemplo, de pesquisa e de repovoamento do rio Madeira e, eu gostaria de fazer uma pergunta: nós temos um projeto, a EMATER tem um projeto de melhoramento genético da espécie tambaqui, que é nossos peixe nobre, da bacia do Madeira, do Guaporé, para fazer repovoamento, porque para você fazer repovoamento, você tem que ter uma pesquisa, se realmente aquela espécie é daquela bacia. Qual é o interesse de FURNAS em participar de um projeto tão importante como, por exemplo, não só o tambaqui, mas como, por exemplo, peixe de couro como o próprio jundiá, de participar. Nós temos a Universidade de Maringá que tem um excelente trabalho, e começaram a trabalhar em Rondônia em parceria com a EMATER. Qual o interesse de FURNAS ou de outras empresas em participarem de um projeto desses? Realmente, fazer um mapeamento genético dessas espécies existentes na bacia do Madeira para um possível repovoamento dessas espécies que as usinas não... É culpa da diminuição desses peixes, pelo contrário, foi

exatamente a pesca predatória e outras coisas que contribui para diminuir essa espécie. Então, essa é a minha pergunta: qual o interesse dessas empresas em participar? Inclusive, a própria Casa criou um Instituto que pode trabalhar também, Presidente, nessa área de pesquisa. É uma parceria com o Executivo e com essas empresas, principalmente da espécie de tambaqui.

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JÚNIOR** – Perfeito! Deputado, muito obrigado pela colocação. É uma colocação importante.

Eu sou engenheiro civil, não é a minha especialização os estudos de peixes, mas vou colocar algumas coisas e depois eu passo para o Sérgio, que pois o Sérgio conhece profundamente esse tema e pode explicar melhor.

Mas quando nós falamos aqui que os estudos realizados de ectiofauna, que é exatamente a questão dos peixes durante o EIA/RIMA e que eles identificaram 459 espécies diferentes, só isso, já é suficiente para mostrar a seriedade que esse estudo, a seriedade com que esses estudos foram realizados. Agora o mais preocupante também, é que esses estudos revelaram uma coisa não muito interessante, que há, na verdade, uma grande variedade de espécies, mas há um declínio de quantidade motivado pela pesca predatória, por uma série de outros fatores que interferem diretamente nos cardumes, etc.

Bom, o estudo talvez, tenha vindo numa boa hora e vai de encontro exatamente, a sua colocação são questão de repovoamento. Uma das pesquisadoras, a Dra. Nídia, que tem uma preocupação, inclusive, que haja um esgotamento dessa capacidade de reprodução dos peixes, em razão da pesca predatória e, dessa pesca maciça que existe na região e, esse estudo revelando isso, há tempo suficiente para que programas possam ser desenvolvidos. Quando a gente fala que tem uma quantidade de recursos destinados a realização de determinados estudos já que esses estudos, não são conclusivos, eles são indicativos do que é necessário fazer, identifica, faz um diagnóstico e identifica necessidades futuras, exatamente durante a realização do empreendimento, existe uma outra série de estudos que serão realizados exatamente, para identificar qual é a necessidade real, qual é o tipo de peixe que está sendo extinto pela, própria atuação do homem sem as hidrelétricas. É importante que se diga isso. O que é necessário fazer? O corredor de peixes é suficiente? O Sérgio fez um comentário importante, o corredor, com certeza, será um sucesso. O importante é limitar às vezes, tem professores ao cidade de Maringá, como é o nome dele, Sérgio, por favor? O Ângelo Agostinho, ele está preocupado é com a quantidade que poderá subir, que certamente poderá ser maior do que a que existe hoje. Então tem uma série de cuidados que serão oportunamente definidos.

Mas eu gostaria que o Sérgio falasse um pouco sobre o assunto, porque ele tem um maior domínio desses programas que venham a ser implantados aqui, no futuro e, que estão sendo indicados de serem realizados. Por favor, Sérgio.

**O SR. SÉRGIO FRANÇA LEÃO** – Senhor Deputado, de fato, o senhor indicou um ponto importante. A questão da genética, os programas em estudos de ectiofauna estão previstos nesse primeiro momento para ocorrer durante os

primeiros 12 anos, tanto durante os 7 anos de implantação, aliás, 1 ano antes da implantação, que esse ano, do início das obras, durante os 7 anos da implantação, e 5 anos subsequentes num primeiro programa de monitoramento. A idéia é de que antes de falarmos em repovoamento é que seja monitorado o comportamento das espécies atuais para saber se é necessário uma intervenção; seja repovoando, ou seja, retirando alguma espécie, ou estabelecendo alguma competição para que haja uma direção conforme os estudos indicarem. Ainda não está decidido o repovoamento, porque é preciso ter essa indicação futura. Mas o estudo de genética é um dos principais indicadores disso, ele já está previsto e não só participarão a Universidade Estadual de Maringá que o professor Ângelo Agostinho é um dos especialistas assim como o professor Jansen, do INPA; a professora Nídia, que era da Federal do Amazonas, está em Alagoas e o professor Ronaldo Barten, do Museu Emílio Goeldi. Então já há um programa contemplando isso, nós não chegamos ao nível de indicar se é parceria com a EMATER, mas há um amplo programa de genética, de acompanhamento de pesca e de monitoramento durante esse período, inclusive, com cardumes, comportamento desses cardumes para identificar quais são as medidas de intervenção, se necessárias.

**O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos)** – Nós recebemos, vamos abrir uma exceção porque não estavam previstos as perguntas da platéia, porque na verdade não é audiência pública, mas vamos abrir duas perguntas. Marinete Diniz, Diretora do SINTERO de Guajará, está perguntando: Quem garante que Guajará não será atingida? Por que segundo ela foi feito um estudo sobre o impacto ambiental. Gostaria que fosse respondido.

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JÚNIOR** – Nós já respondemos aqui no início da apresentação a primeira pergunta que foi formulada. Se Abunã, isso consta nos estudos, não sou eu que estou dizendo, os estudos revelaram isso, mostrando que Abunã, Fortaleza do Abunã não será atingida, não tem impacto do reservatório, menos ainda Guajará-Mirim que está a mais de 100 quilômetros de distância, mais a montanha. Então eu quero dizer que os estudos indicaram que Guajará-Mirim não será atingida pelas hidrelétricas.

**O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos)** - A Lúcia que está na platéia, fez uma pergunta com relação as comunidades ribeirinhas, segundo o que ela escreveu: disseram que eles serão levados para outros lugares. Mas como fica a sua cultura, tradições uma vez que eles não estão preparados para o mercado? Essa é a pergunta da Lúcia que está na platéia.

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JÚNIOR** – Bom, existe três alternativas de tratamento dessa questão dos ribeirinhos, para quem não conhece ou não soube, ou não participou, é importante que façamos aqui um registro de que nós realizamos mais de 60 reuniões participativas com os ribeirinhos, cerca de cinquenta e poucas antes das audiências públicas e, nas audiências públicas isso ficou absolutamente claro, o apoio que os ribeirinhos de cada comunidade próxima a Mutum Paraná, Jacy-Paraná, Abunã e na região de Porto Velho, ao empreendimento, a transparência com que todos

nós tratamos essa questão. Nós nunca escondemos nada e sempre mostramos exatamente o que vai acontecer, o que nós colocamos nos estudos. E é absolutamente normal que existem três alternativas para tratar essa questão. O Sérgio pode me corrigir, mas é a indenização; a transferência dentro da própria propriedade, o que não afeta absolutamente nada a cultura, os costumes. Porque ele apenas vai mudar, se ele hoje está a dez metros do Rio. O Rio vai pegar a casa dele, ele vai ficar um pouquinho mais afastado. Mas, dentro da sua própria propriedade, o então, dentro de uma outra propriedade agrícola que está prevista e que também não vai, vai ser suficiente para afetar cultura, nem costumes, absolutamente nada disso.

O que eu quero dizer é o seguinte: é que os estudos respeitaram de forma eloqüente os ribeirinhos e eles todos apóiam, isso nós temos provas demonstradas, voltamos a realizá-las agora. Durante o mês de maio, voltamos às localidades, importante dizer como eles ficaram felizes por nós termos retornado, já dando o retorno, porque essas reuniões participativas, elas têm o objetivo que é o mais importante de todos: saber quais são as prioridades de cada comunidade. Tem comunidade que deseja uma coisa, tem comunidade que quer outra coisa. E esse trabalho da reunião participativa visou exatamente atingir esse objetivo, que é ouvir essas comunidades e contemplar nos estudos e nas mitigações sociais o que essas comunidades desejam. Isso que é importante. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos)** – Com a palavra para a última pergunta desta Sessão, o Deputado Ezequiel Neiva.

**O SR. EZEQUIEL NEIVA** – Cumprimentar o Dr. Sérgio, o Bonifácio, pela oportunidade que nos dá nesta manhã de nos interarmos deste assunto, o nobre Presidente Neodi, e os demais Deputados aqui presentes, imprensa, público.

A pergunta é a seguinte: além da viabilidade econômica da usina que vai trazer para todos nós aqui, não apenas Rondônia mais o Brasil, eu queria saber quantos metros nós vamos ter em Pimenteiras, por exemplo, vai ficar nós vamos ter uma malha hidroviária para transportarmos todos os nossos produtos, do Mato Grosso. Por exemplo, que hoje tem sido a nossa grande dificuldade aqui com a nossa BR-364 até o Cone Sul, por exemplo, que hoje é um grande produtor de grãos, seria viável ali em Pimenteiras um porto, nós conseguiríamos? Como é que fica o Calado ali, o nível do nosso rio? Já que o Madeira um parece, que são 3 metros, 4 metros no máximo, o Calado das balsas que transporta a soja aqui?

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JÚNIOR** – Bom, veja só, eu não posso entrar em muito detalhe nessa questão porque também os estudos não previram até Pimenteiras, a questão de navegabilidade etc.

Agora, como vocês viram o Complexo do Rio Madeira ele não se restringe unicamente às duas hidrelétricas em território brasileiro, existe a previsão da construção de uma terceira hidrelétrica bi-nacional a exemplo da Hidrelétrica de Itaipu em que o Brasil divide as responsabilidades com o Paraguai. No caso desta 3ª usina seria conjuntamente com a Bolívia, que vai permitir, aí sim, com essa 3ª hidrelétrica que se navegue todo o Rio Guaporé e o Rio Mamoré, já com essa 3ª Hidrelétrica. Como a questão de Calado, e eu digo, aqui muito mais porque eu sou um curioso e procurei me informar

principalmente com a organização, a MAGGI, que faz a questão logística da soja do Norte do Mato Grosso e eles sempre indicaram que Pimenteiras seria uma boa alternativa de um porto no futuro, o que existe na verdade é que, em razão da limitação de Calado, o Calado deles precisa de pelo menos 1 metro e 40 para embarcação de menor porte, sairia de lá, em vez de sair como sai aqui de Porto Velho um comboio com 30, 35 mil toneladas em direção a Itacoatiara, lá sairia o comboio de menor capacidade que um pouco mais abaixo se juntariam e iam formando comboios de maior tamanho. Quer dizer, inicialmente poderia sair de lá comboio de 2 mil a 4 mil toneladas, um pouco mais abaixo um Calado maior se juntaria, já formava um comboio de 8 mil toneladas e assim por diante, até chegar na região de maior Calado que seriam os reservatórios, aí sim, você estaria totalmente liberado para um comboio como aqui em Porto Velho de 30, 35 mil toneladas.

Esta é a solução mais barata, mais viável, e é por essa razão que existe tanta resistência de homens internacionais que em muitas situações estão a serviços de algumas entidades internacionais, por exemplo, nós somos possivelmente os maiores adversários em termos de competitividade agrícola dos Estados Unidos, da União Européia, etc. Então, naturalmente que quanto mais difícil ficar o transporte, mais caro ficar o transporte isso reduz a nossa competitividade, e é importante para eles. À medida que a gente cria soluções de logísticas importantes isso traz uma dificuldade maior para eles em termo de custo. Então na verdade o que a gente precisa é lutar pelos nossos interesses. Nos Estados Unidos fizeram no Rio Mississipi, ao longo do século passado mais de 30 hidrelétricas, transportam ao longo do Rio Mississipi algo como 400 milhões de toneladas de produtos, olha gente nós estamos falando 800 milhões de toneladas. As eclusas estão prevista aqui, estão com limites de 90 milhões de toneladas, os americanos fazem isso com 400 milhões de toneladas no Rio Mississipi, porque a gente não pode fazer? Na verdade nós temos que lutar sim pela redução de custo, porque isso vai gerar emprego, vai baratear o produto para a população, etc. Certamente, Pimenteiras no futuro com a 3ª hidrelétrica, é uma solução perfeitamente viável de construção de um porto.

**O SR. EZEQUIEL NEIVA** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos)** – Bom, para encerrar aqui eu quero agradecer ao Dr. Sérgio Leão, também ao Dr. Bonifácio pelos esclarecimentos, apesar que eu tenho certeza que esta Casa, Dr. José, já estava convencida da importância que é a construção das Usinas do Madeira, e ficou na minha cabeça um ponto de interrogação. O quê que realmente os ambientalistas defendem? Porque todos os cuidados técnicos possíveis na questão do meio ambiente foram tomados, todos esses cuidados nesta questão do projeto da construção dessas usinas, pelo menos eu estou convencido disso pelo que eu vi, e, os ambientalistas que defendem tanto o meio ambiente, me mostrou ali claramente a TERMOELÉTRICA aqui de Porto Velho, largando aí diariamente milhões de cúbicos de poluentes no ar, e infelizmente eles não se atentaram para isso. Agora estão contra a geração de uma energia limpa, uma energia barata, de qualidade que vai resolver o problema de emprego principalmente na Capital do Estado de Rondônia, existem as periferias de pessoas

desempregadas e que vivem uma condição de quase miséria. Os ribeirinhos como o senhor mesmo colocou estão favoráveis à construção dessas usinas porque foram feitas várias discussões, tiveram oportunidades de se manifestar, de dizer o que e eles queriam, o impacto mínimo que realmente essas usinas têm na questão do meio ambiente encontra benefício.

Então eu acho que é preciso levar em consideração, realmente todos esses pontos que foram colocados aqui e é preciso sim valorizar mais o ser humano, dar uma qualidade de vida melhor para o ser humano. E eu não vi nesse projeto nenhum impacto que venha, ao contrário disso, a não ser dar realmente uma condição melhor ao Estado de Rondônia, ao povo de Rondônia, o povo que aqui vive em todos os aspectos. Então, eu com certeza estou convencido, para mim foi muito importante até porque eu não tinha conhecimento técnico da questão da construção dessas usinas, principalmente a questão ambiental mas eu tinha algum conhecimento mais, menos detalhado aliás, e agora eu estou muito tranquilo de continuar defendendo, como defendi até aqui a questão das construções dessas usinas e, eu tenho certeza que não é à toa que o Presidente Lula defendeu tanto a construção dessas usinas, é por perceber e saber a grande necessidade imperiosa da questão energética no nosso Brasil para o crescimento, o desenvolvimento e o progresso do nosso País, porque nós somos brasileiros e precisamos defender o nosso Brasil. Nós somos rondonienses e precisamos defender o Estado de Rondônia e, como o senhor disse agora há pouco, lá os Estados Unidos, lá eles podem. Porque nós não podemos? Se a previsão é de 400 milhões de toneladas, pelo Rio Mississipi, aqui a previsão é de 90 mil, lá eles podem 400 milhões, nós não podemos 90 mil aqui. Então realmente nós precisamos defender aquilo que é nosso.

Eu deixo a palavra aqui aberta ao Dr. Bonifácio para que faça as suas considerações finais.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO** – Encaminhamento do comitê pro-usinas onde expressa exatamente a comunidade de Porto Velho, queria fazer uma entrega oficial só para o Bonifácio receber oficialmente aqui esse encaminhamento do Comitê pró-Usinas.

**O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos)** – Com a palavra o Dr. José Bonifácio.

**O SR. JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JÚNIOR** – Muito obrigado. Bom, eu quero mais uma vez agradecer a oportunidade de apresentar o projeto. Nós não ficamos cansados de mostrar isso quantas vezes forem necessárias, não só aqui como em outros Estados. O projeto é apaixonante como os senhores viram, é um projeto que vai criar um paradigma, vai mudar o paradigma da implantação de projeto na Amazônia, vai promover, eu já ouvir de alguns grandes pensadores brasileiros de que o Complexo do Rio Madeira é um empreendimento que tem importância similar à implantação de Brasília para o centro-oeste na década de 60 e que vai mudar de forma positiva a região. Vale ressaltar que o povo rondoniense não pode deixar que uma oportunidade desta passe, sem tirar dele sim a parte positiva. Não querendo dizer aqui que não existe nada negativo, certamente existirão alguns efeitos negativos, mais muito menores do que os efeitos

positivos conforme foi demonstrado aqui durante a apresentação e, conforme consta dos estudos científicos que foram realizados.

Há mais de dois anos nós estamos vindo tratando de forma pública esse empreendimento, ouvindo contribuições, temos evoluído bastante, essas reuniões participativas da qual eu falei, elas trouxeram contribuições importantíssimas. O próprio comitê do Rio Madeira, eu quero aqui registrar a presença do engenheiro Luiz que é um grande parceiro, uma contribuição impressionante de todas as entidades locais, FIERO, FECOMÉRCIO. Fizemos uma apresentação recentemente na Maçonaria essa semana e temos estado em todos os lugares a onde nós somos convidados de forma a dar absoluta transparência ao empreendimento e mostrar que o empreendimento é bom, não só para Rondônia como também para o País.

E diria mais, o último ponto positivo desse empreendimento é a questão da integração regional sul-americana, que tanto se fala e pouco se faz. A integração sul-americana vai no caminho que nós da América do Sul somos auto suficientes em todos os recursos. De fato somos: em petróleo, gás, energia hídrica, o que você imaginarem. E essa região composta por Mato Grosso, Rondônia, Amazônia, Bolívia, Peru, é um mercado conforme já foi demonstrado pela FIERO, é um mercado de aproximadamente 350 milhões de pessoas. Então é um mercado de potencial enorme e que tem condições plenas de ter o seu próprio desenvolvimento sustentável. Isso é o que nós pretendemos aqui. Quero também registrar a presença do representante dos Karatianos que está aqui, tem apoiado bastante esse empreendimento, nós temos estado nas aldeias conversando, percebemos as dificuldades com que eles passam, temos todo o interesse de contribuir para que eles consigam superar as dificuldades que tem no momento e não são poucos, são muitos, e estão aqui muito próximos aqui a Porto Velho.

Bom, mais uma vez eu quero deixar aqui a nossa gratidão por essa oportunidade e nos colocamos, Presidente, mais uma vez, à disposição alteramos para que se for necessário voltarmos a esta Casa, com o maior prazer e fazer todos os esclarecimentos necessários. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE(Neodi Carlos)** – Obrigado Dr. José Bonifácio. Quero pedir minhas desculpas as demais autoridades, engenheiros, representantes dos Caripunas que estão aqui presente e algumas autoridades a mais. Técnicos, que não me passado, aqui os nomes. Peço desculpas, aqui por não ter feito o agradecimento, mais faço agora no final a todos vocês por terem participado dessa Audiência Pública. Parabenizar o Deputado Alex Testoni pela propositura que apresentou para que nós pudéssemos estarmos discutindo hoje aqui nessa reunião especial na Assembléia Legislativa, essa questão tão importante para o Estado de Rondônia. Que eu não tenho dúvidas Bonifácio, que isso aqui, se fizesse uma enquête hoje no Estado de Rondônia, 98% da população do Estado de Rondônia apóia as instalações das usinas.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus declaro encerrada essa Sessão Especial e informo aos Srs. Deputados que logo mais às 15 horas será realizada uma Audiência Pública, a fim de tratar do problema da obesidade, propositura do Deputado Ezequiel Neiva.

E eu quero aqui Deputado, justificar a minha ausência à tarde, hoje, porque tenho um compromisso, e agradeço também a presença dos demais Deputados presentes e toda a população que realmente, se fizeram presente.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada essa sessão.

**(Encerra-se essa sessão às 11 horas e 25 minutos).**

**PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NA 37ª SESSÃO  
ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª  
LEGISLATURA**

**- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO,** requer à Mesa, seja oficiado a Senadora Fátima Cleide que reconsidere o seu parecer em relação ao Projeto nº 122/2006, que tramita no Senado Federal.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa na forma regimental, seja oficiado à Senadora Fátima Cleide, no sentido de que a Eminente Parlamentar reconsidere o seu parecer favorável emitido ao Projeto de Lei, que na Câmara Federal obteve o nº 5003B/2001, e no Senado ganhou o número 122/2006, do qual a mesma é a relatora, cujo objetivo é punir indivíduos que insultem ou molestem os cidadãos em função de sua raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Ocorre que o mencionado projeto apresenta dispositivo que considerará criminoso todo aquele que criticar ou manifestar-se contrário à prática da homossexualidade, e esse disciplinamento atingirá a liberdade religiosa de manifestar aquilo que a Bíblia diz sobre o homossexualismo, bem como tratar a questão conforme a orientação das Sagradas Escrituras.

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Parlamentares

Estamos tomando a iniciativa de apresentar esta propositura, considerando a nossa preocupação com o Projeto de Lei que tramita no Senado Federal, cujo propósito é punir indivíduos violentos e insanos que insultar outros cidadãos em função de sua raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

Muito embora, tais espécies de crime já estejam contemplados na legislação penal do nosso país, em relação a esses aspectos até concordamos porém há no mencionado projeto dispositivo que considera também criminoso todo aquele que se manifestar de qualquer forma contrário a prática do homossexualidade.

Ora, tal disciplinamento fere frontalmente a liberdade religiosa garantida pela Constituição Federal. O projeto de Lei em seu parágrafo 5º artigo 20, afirma que as pessoas que pregarem a Bíblia, valores éticos, morais, filosóficos ou psicológicos, poderá ser enquadrados e penalizados nos termos da pretendida Lei, que está sendo tratada da Lei anti-homofobia.

É inadmissível que uma lei ordinária venha disciplinar um assunto polêmico, e que caracteriza de forma clara perseguição religiosa. Pois o propósito de tal disciplinamento não é outro senão calar as igrejas que pregam a Bíblia e seus valores. Deus ama o homem, mas abomina o pecado. E a Bíblia taxa o homossexualismo claramente como pecado, mas ao mesmo tempo apresenta o amor de Deus ao indivíduo a fim de que ele, se desejar, tenha uma mudança de valores e práticas.

E discordar do homossexualismo, como pecado, e pregar sobre isso é questão de convicção. Portanto, entendemos que tentar tolher isso é atentar ao mais legítimo direito de liberdade de expressão religiosa que gozamos em nosso País.

Para tanto, solicito o apoio dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 31 de maio de 2007

Maurão de Carvalho  
E outros

**- EMENDA CONSTITUCIONAL DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA.** Acrescenta dispositivo à Constituição Estadual.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, NOS TERMOS 1º § 3º DO ARTIGO 38 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO PROMULGA A SEGUINTE EMENDA AO TEXTO CONSTITUCIONAL.

Art. 1º fica acrescido ao texto constitucional o dispositivo abaixo relacionado com a seguinte redação.

Art. 22.....  
§3º Nos casos em que a deficiência for, comprovadamente considerada irreversível a concessão de que trata este artigo será definitiva devendo o servidor comprovar anualmente apenas a dependência econômica (NR).

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

O objetivo desta propositura é facilitar a vida do servidor que tenha sob sua responsabilidade por vínculo e dependência econômica pessoa portadora de deficiência em conformidade com o caput do Art. 22 da Constituição Estadual e que comprovadamente tal deficiência tenha caráter irreversível.

Atualmente o servidor que tenha pessoa portadora de deficiência sob sua dependência econômica e que se enquadre na situação prevista no caput deste artigo fica obrigado anualmente a comprovar tanto a continuidade da deficiência quanto da dependência econômica.

O pretendido com o acréscimo do §3º e dispensar a comprovação anual quando comprovada a irreversibilidade da deficiência a fim de poupar o servidor que já dispensa muitas horas no cuidado das pessoas que se encontram nesta situação e desnecessariamente tem que andar de um lado para outro a fim de marcar consultas e aguardar repetidos laudos para cumprir o previsto em excesso no norma constitucional.

Quanto à comprovação da dependência econômica não há o que discutir pois é de fácil comprovação e não depende do deslocamento da pessoa portadora da deficiência.

Por ser medida de justiça conto com o apoio dos meus nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de junho de 2007

Deputado Ezequiel Neiva  
3º Secretário

**- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. ALEXANDRE.** Requer à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa que seja remarcada nova data para audiência pública sobre Segurança Pública no Estado.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer nos termos regimentais, que seja remarcada para o dia 26 de junho do corrente ano às 9:00 horas no Plenário desta Casa Legislativa, com o objetivo de discutir a Segurança Pública no Estado.

**JUSTIFICATIVA**

Face o contato com maior número de autoridades públicas ligadas a área de Segurança Pública e mais subsídios é que pedimos aos nobres Pares que remarquem para o dia 26 do corrente mês a citada Audiência Pública.

Plenário das Deliberações, 13 de junho de 2007

Doutor Alexandre  
Deputado Estadual - PTC

**- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO.** Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de reforma da estrutura física e da rede elétrica da EEEFM Monteiro Lobato, no município de São Felipe do Oeste - RO.

O Deputado que a presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, indica ao Poder Executivo, com cópia à Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, a necessidade de reforma da estrutura física e rede elétrica da EEEFM – Monteiro Lobato, em caráter de urgência, localizada no município de São Felipe do Oeste, RO.

**JUSTIFICATIVA**

Tenho a honra de apresentar aos nobres colegas indicação para parecer e deliberação desta Excelsa Casa de Leis, solicitação oficiada ao nosso gabinete pela direção da EEEFM Monteiro Lobato e signada por sua A.P.P onde argumentam que o prédio escolar encontra-se em péssima condições de conservação, com danificações aparentes, e sua rede elétrica bastante desgastada, oferecendo riscos de acidentes aos alunos e professores. Portanto, solicito aos nobres colegas a aprovação a esta indicação.

Plenário das Deliberações, 12 de junho de 2007

Luiz Cláudio  
Deputado Estadual - PTN

**- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO.** Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de construir Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio no município de Rolim de Moura – Ro.

O Deputado que a presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, indica ao Poder Executivo, com cópia à Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, a necessidade da inclusão no Orçamento de 2008, a construção de uma Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental, com capacidade de no mínimo 12 (doze) salas de aula, no município de Rolim de Moura – RO

### JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, cumprindo nossa função como parlamentar, que além de legislar e fiscalizar o Executivo, tem por mister atender as necessidades das comunidades e das instituições que nos procuram como representantes do povo. A indicação acima se justifica em função da reivindicação do Executivo Municipal que tem se esforçado para atender a demanda por novas vagas do ensino médio e fundamental, inclusive, locando salas de aulas/prédios escolares de instituições de ensino particulares, visto a saturação das vagas da rede pública.

Com a construção de uma nova unidade de ensino pretende-se cumprir com o dever constitucional que o Estado tem em propiciar o ensino médio e fundamental, no caso presente as nossas crianças e adolescentes da nossa Rolim de Moura.

Plenário das Deliberações, 12 de junho de 2007  
Luiz Cláudio  
Deputado Estadualdo:

**PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NA 38ª SESSÃO  
ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª  
LEGISLATURA**

**- PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DO DEPUTADO ALEX TESTONI E VALTER ARAÚJO** - Acrescenta o artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROMULGA a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º - Fica acrescido do fim ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo com a seguinte redação:

“Art. Os Distritos, que à época da promulgação da Emenda à Constituição Federal nº 15, de 12 de setembro de 1996, que estavam em área de litígio federativo ainda sob análise do Poder Judiciário, poderão após trânsito em julgado de sentença favorável, retomar o processo de consulta plebiscitária para emancipação.”

Art. 2º - Esta emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

As populações dos Municípios e Distritos de Rondônia desde 1988 buscam uma definição das autoridades constituídas uma definição clara do direito de existirem como cidadãos brasileiros dentro de uma região onde as autonomias político administrativas sejam claras e os seus direitos fundamentais de saúde, educação, segurança pública e outras garantias sociais previstas nas Constituições Federal e Estadual lhes sejam asseguradas e respeitadas.

Aqui na região amazônica onde o espaço territorial do Estado de Rondônia está inserido, possui peculiaridades que em nenhuma outra região brasileira se compara, entre elas, somos testemunhas vivas da distância superior a 50 Km entre a sede do município para com a sede distrital, o abandono público e notório dos prefeitos para com as necessidades e direitos humanos dos cidadãos brasileiros e rondonienses, e sem falar no agravamento das condições de vida das populações dos distritos em decorrência das condições climáticas da região amazônica, que por falta de autonomia administrativa local dos distritos, distância superior que varia de 50 à 300 Km da sede do município, deixam a população morrendo a mingua e sem qualquer por ação administrativa, sempre na dependência da boa vontade dos prefeitos ou ainda mercê a capacidade de gestão e decisão administrativa, que tem que escolher entre investir na sede do seu município ou atender as necessidades das populações dos distritos e o julgamento não tem sido outro, que já conhecemos.

Com a Criação do Estado de Rondônia em 1984, o seu processo de divisão territorial foi desencadeado impulsionado pelas políticas do Governo Federal em desenvolver esse rincão do Brasil a qualquer custo, agravando assim direitos fundamentais do ser humano, de existir em um município ou obter benefícios e serviços sociais de saúde, educação, segurança pública. Outro fato acarretado nessa região foi à histórica e problemática luta pela divisa territorial do então Território de Rondônia, com o vizinho Estado do Acre pela região de Extrema, onde atrapalhou o legítimo direito daquele povo de ser emancipado, cujo Projeto de Lei Estadual 153/88, que previa a criação do município de Tancredo Neves – acolhendo os Distritos de Fortaleza do Abunã, Vista Alegre do Abunã, Extrema de Rondônia e Nova Califórnia.

Quando relatamos o caso específico do município de Tancredo Neves, queremos provar a importância da Assembléia Legislativa de Rondônia através da aprovação da Emenda Constitucional e Lei Complementar em questão em retomar os processos arquivados, mas que por força da presente Lei Complementar serão reativados e devolvendo dessa forma o legítimo direito das populações das referidas comunidades resolverem os seus problemas sociais e terem suas autonomias político administrativas.

Outro ponto importante a ser observado é que o processo de emancipação desses distritos que estão arquivados nesta Casa de Leis foi prejudicado em razão da morosidade da Justiça Brasileira cujo Processo de Litígio entre o Estado de Rondônia e o Estado do Acre perdurou de 1986 até 1996, trazendo graves

prejuízos aos Distritos de Fortaleza do Abunã, Vista Alegre do Abunã, Extrema de Rondônia e Nova Califórnia que estão distante da sede de Porto Velho com mais de 300 Km, sendo impossível o chefe do Executivo prestar qualquer tipo de serviços e garantias sociais às comunidades supra mencionadas que já passam de mais de 20 mil habitantes.

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL – DIREITO ADQUIRIDO**

**“A EDIÇÃO DA EC-15 TINHA QUE OBSERVAR OS CASOS EXCEPCIONAIS OU LITÍGIOS ENTRE OS ESTADOS FEDERADOS E QUE ENVOLVIA DISTRITOS EM FASE DE EMANCIPAÇÃO”** Direito Adquirido – Efeito geral da lei – Decisão Administrativa. A lei não pode prejudicar o direito adquirido. Ela tem efeito geral e imediato e só poderá atingir situações jurídicas definitivamente constituídas (sic) caso haja disposição expressa autorizando sua aplicação retroativa ou se trate de leis de ordem pública. A decisão administrativa é anulada para que outra seja proferida. “Segurança concedida.” (STJ, 1º Turma, MS 3.504 – 5 – DF, Rel. Min. Garcia Vieira, DJU 17.10.94, pág. 27.848/9 – IOB nº 22/94).

O Abaixo Assinado em questão deu entrada oficial na Assembléia Legislativa em 13.09.1988, bem antes da Emenda Constitucional Federal nº 15 e o litígio entre os Estados de Rondônia e o Estado do Acre só foi proferido após a publicação da EC-15, trazendo graves prejuízos ao povo dos Distritos que formam o futuro Município de Tancredo Neves e Tal qual prescreve o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil (Dec. Lei nº 4.657, de 04.09.42), também, todas as Constituições democráticas da República Federativa do Brasil, salvaguardam o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

O disposto no parágrafo quarto, do art. 18 da CF/88, repetido pelo parágrafo primeiro, do art. 110 da CE/89 e incorporado nas letras “b” e “c” do parágrafo primeiro, do art. 2º e caput do art. 1º, ambos da Lei Complementar nº 29/90, é terminativo e não dá margem a que se prejudique o todo, em benefício de uma pequena fração, no que se refere, porém ainda não pode por incompetência da União em definir as regras Constitucionais para que os Estados e o povo de forma soberana delibere o seu destino político administrativo, trazendo prejuízo a uma parte significativa da maioria, no caso as populações dos distritos e municípios que buscam a sua emancipação.

#### **OMISSÃO DA UNIÃO PARA COM O POVO**

Quando o Senhor Presidente da República vetou na totalidade a Lei Complementar 184, que disciplinava a EC-15, que estabelecia as regras claras para que os Estados desse continuidade no processo legítimo de criação de novos municípios ou a sua divisão territorial, a União deixou claro que os direitos e deveres impostos pela Emenda Constitucional nº 15 deixava de ter valor social e devolveu aos Estados o Pátrio Poder de Legislar nas questões de divisão territorial. Caso contrário, o Chefe Maior da Nação Brasileira Au:– Presidente da República deveria ter assumido a sua responsabilidade para com a população que vive nos distritos dessa nação e jamais ter vetado a Lei Complementar:

#### **EXEMPLO DE EXCEPCIONALIDADE LEGAL DE EMANCIPAÇÃO NÃO PREVISTA EM NENHUMA CARTA MAGNA BRASILEIRA.**

Segundo a orientação emanada da Carta Política de 1988, devem ser, no que tange a criação de novos municípios, preservadas a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, dependendo além de outros requisitos previstos em Lei Complementar Estadual, de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

A emancipação político-administrativa do Distrito de Tancredo Neves-RO, barrou na clara manipulação e pressão política da força policial do Estado do Acre que detinha o controle total dos distritos de Nova Califórnia, Extrema de Rondônia, Vista Alegre do Abunã e Fortaleza do Abunã, que prejudicaram os seus processos de emancipação e consulta popular, fazendo inclusive ameaças de morte para qualquer cidadão que comparecesse nas filas do TER-RO e votasse em favor da emancipação e pertencer para o Estado de Rondônia.

#### **VEJA QUE A UNIÃO E O CONGRESSO NACIONAL NÃO SE PREOCUPARAM COM OS CASOS DE CONFLITO TERRITORIAL ENTRE OS ESTADOS FEDERADOS.**

O doutrinador HELY LOPES MEIRELLES bem disse que não se é aconselhável a divisão territorial em alguns casos, (ver doutrinação abaixo), porém existem casos mais que excepcionais, entre eles, os casos em que as sedes distritais estão a mais de 300 Km do município mãe e que tenha autonomia econômica de ambas as partes envolvidas, como é o caso do Projeto de Tancredo Neves – localizado no Extremo do Estado de Rondônia, na divisa do Estado do Acre, onde por mais que o Chefe do Executivo de Porto Velho queira fazer valer a presença administrativa, sempre foi e será impossível, haja vista, a enorme distância da referida localidade. Quanto ao aspecto econômico, a Região dos Distritos de Extrema, já vive com os seus próprios recursos e a sua autonomia econômica, possui os seus comércios e indústrias definidas e a base econômica da agricultura e do setor extrativista em franco desenvolvimento, cuja divisão territorial não abalará a cidade de Porto Velho e muito menos trará qualquer perda ou fracasso econômico para o novo município de Tancredo Neves – composto pelos atuais Distritos de Nova Califórnia, Extrema de Rondônia, Fortaleza do Abunã e Vista Alegre do Abunã.

Diante da lacuna político administrativa deixada pela Lei Federal e a incontestável incompetência e caráter de decisão demonstrados pelos detentores do Poder Federal no caso (Congresso Nacional e Presidente da República) em não deliberarem questões de suma relevância para o povo brasileiro, caberá sempre aos Estados Brasileiros, como membro federado assumir as responsabilidades sociais e conflitantes omissos pela UNIÃO.

Já prelecionava o sempre lembrado HELY LOPES MEIRELLES que “... nem sempre aconselhavam o fracionamento do território municipal para dar lugar a novas comunas. A experiência vem demonstrando que a desmedida criação de Municípios enfraquece economicamente os já existentes e



debilita os que surgem sem condições de vida autônoma.” (In Direito Municipal Brasileiro, 6ª ed. Ed. Malheiros, São Paulo, 1993, pág. 59)

### **PLEBISCITO COMO FORMA DE RATIFICAR A AUSÊNCIA DA LEI FEDERAL**

“O plebiscito é, sem dúvida alguma, a forma mais consagrada de respeito à autonomia municipal, já que não seria possível ao Estado – membro introduzir unilateralmente modificações no território do Município, muito menos emancipar-lhe uma área sem a sua aquiescência. A consulta prévia às populações traduz a necessidade de atendimento à vontade popular, numa demonstração inequívoca de autonomia municipal.” (Editora Forense, Rio de Janeiro, 1984, pág. 179/180).

Na construção exegética de uma lei devem ser respeitadas as disposições constitucionais e infraconstitucionais pertinentes, e o processo legislativo concernente a criação de municípios não pode se afastar dos requisitos instituídos em prol da imutabilidade do território municipal, tal como a consulta plebiscitária, que se constitui requisito imprescindível.

A consulta plebiscitária envolvendo todos os eleitores do município ou municípios, representando suas populações e seus interesses é forma exata de coibir abusos e emancipar um distrito quando o interesse das comunidades envolvidas, por sua maioria, se coloca plenamente de acordo e predomina.

Com a aprovação da presente Emenda Constitucional, estaremos dando todos os direitos ao povo em dizer em plebiscito se quer ou não ser emancipado, porém lembramos sempre, que estamos falando nos distritos cujos direitos lhes foram assegurados em data anterior a outubro de 1998, como é o caso específico dos distritos que compõem a região de Extrema de Rondônia, cuja demanda territorial entre os Estados de Rondônia e Acre perdurou até 1996 e a Emenda Constitucional – EC-15 jamais poderia ter tirado os direitos garantidos e assegurados pela Constituição de 1988.

“A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, preservadas a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual obedecida os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas”.

Plenário das Deliberações, 02 de maio de 2007.

Alex Testoni – 1º vice-Presidente

Valter Araújo – Deputado Estadual

**- INDICAÇÃO DA DEPUTADA DANIELA AMORIM** – Indica ao Senhor Governador do Estado a necessidade de viabilizar uma operação para emissão de documentos gratuitos na 24ª EXPOARI.

A Deputada que a presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, indica ao Senhor Governador do Estado, a necessidade de se viabilizar uma operação para emissão de

documentos pessoais gratuitos na 24ª EXPOARI (Exposição Agropecuária de Ariquemes) no município de Ariquemes.

### **JUSTIFICATIVA**

Senhores Deputados, somos sabedores das dificuldades para obter documentos, e fica maior nas camadas mais humildes da sociedade. O grande problema é o deslocamento para os grandes centros, pois precisam do transporte e alimentação e muitas vezes não dispõe de verbas para suas despesas. Assim, nada mais justo, garantir o acesso a esses documentos, através de uma operação para emissão de documentos pessoais gratuitos dentro de um evento importante e do porte da EXPOARI em Ariquemes, onde reúne-se tamanha quantidade de pessoas com a disponibilidade de transporte coletivo para toda a população, facilitando o acesso.

Plenário das Deliberações, 19 de junho de 2007.

Daniela Amorim – Deputada Estadual

**- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ALEX TESTONI** – Acrescenta dispositivos a Lei 1742 de 28 de março de 2007, que determina a instalação de balança mecânica nos Frigoríficos e Matadouros.

### **A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DECRETA:**

Art.1º - Fica acrescentado o artigo 1º-A a Lei nº 1.742, de 28 de março de 2007, que “Determina a instalação de balanças, tipo mecânica, pelas empresas matadouros e matadouros frigoríficos estabelecidos no Estado de Rondônia”, com a seguinte redação:

“Art. 1º. (...)

Art. 1-A – Desde que atendidas as demais exigências desta Lei, para a contraprova de peso da balança eletrônica, os frigoríficos-matadouros e matadouros poderão optar pela instalação de terminal de pesagem blindado, com sistema de proteção contra falta de energia, senha de proteção, relógio com mostrador de peso em tempo real, diagnóstico de distância, tara e dotado de célula de carga, devidamente dimensionada para atender a capacidade total diária de abate de cada frigorífico-matadouro ou matadouro.

Art. 2º - Fica acrescentado, com a redação abaixo, o § 2º ao artigo 6º da Lei nº 1.742, de 28 de março de 2007, renumerando para § 1º o parágrafo único do citado artigo:

“Art. 6º. (...)

§ 1º.

§ 2º - Após a primeira notificação pelo descumprimento do disposto nesta Lei, o infrator ficará sujeito a multa diária, no valor equivalente a 300 (trezentas) UPF/RO.”

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

Visa o presente projeto de lei abrir uma nova oportunidade de opção de controle de pesagem de gado abatido diariamente pelas empresas matadouros e frigoríficos-matadouros que sirva de contraprova por parte dos pecuaristas.

O mercado de controle de pesagem oferece várias oportunidades, seja tipo mecânica ou terminal de pesagem blindado, razão pela qual oferecemos outra opção de sistema de controle de peso de gado que atenda aos anseios dos pecuaristas e obriga os frigoríficos e matadouros a dar uma contraprova do abate diário aos pecuaristas, a exemplo dos terminais de contraprova que foram instalados nos matadouros e frigoríficos-matadouros no vizinho estado de Mato Grosso.

Diante dos fatos e pela busca incansável deste Parlamento em trabalhar em favor de todos os setores produtivos rondoniense é que contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do projeto de lei acrescenta dispositivos à Lei das balanças mecânicas.

Plenário das Deliberações, 19 de junho de 2007.

Alex Testoni – 1º vice-Presidente

**- REQUERIMENTO - MOÇÃO DE PESAR DO DEPUTADO KAKÁ MENDONÇA.** Requer o envio de Moção de Pesar aos familiares do **PASTOR SR. ANTÔNIO TEOTÔNIO GONÇALVES** pelo falecimento ocorrido no último dia 16, como também a observação de um minuto de silêncio na presente Sessão Plenária.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do art. 181, inciso XI, do Regimento Interno, requer que seja enviada "Moção de Pesar" aos familiares do **PASTOR SR. ANTÔNIO TEOTÔNIO GONÇALVES**, pelo falecimento ocorrido no último dia 16, como também a observação de um minuto de silêncio na presente Sessão Plenária.

#### JUSTIFICATIVA

O falecimento deste Pastor causou grande comoção entre os membros da Igreja Assembléia de Deus e população em geral, pois este congrega nesta região a aproximadamente 14 anos, sendo Pastor da Igreja Assembléia de Deus e Vice-Presidente da Convenção CEMADERON da 4º Região, e aos 60 anos de idade foi vítima de infarto fulminante.

Por prestar relevantes serviços sociais a comunidade, é que rendemos as nossas homenagens a este Pastor, que ainda em vida serviram de exemplo a ser seguido pelos homens de bem, inclusive pelos membros dessa congregação. Por isso, estamos requerendo que esta Casa envie manifestação de solidariedade a família enlutada.

Plenário das Deliberações, 19 de junho de 2007.

Kaká Mendonça – Deputado Estadual

**- INDICAÇÃO DO DEPUTADO TIZIU JIDALIAS** – Indica ao Poder Executivo Estadual a construção da sede da Representação de Ensino de Ariquemes.

O Parlamentar que esta subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual, com cópia ao Secretário de Estado da Educação, Prof. Ednaldo Lustosa, a necessidade de providenciar a construção da sede da Representação de Ensino de Ariquemes.

#### JUSTIFICATIVA

A representação de Ensino de Ariquemes atende 05 Municípios da "Grande Ariquemes", como Alto Paraíso, Cacaúlândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim e Rio Crespo,

além de várias aldeias indígenas do povo Uru Eu Wau Wau e atualmente funciona nos fundos de uma Escola Estadual sem ter as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades inerentes ao setor educacional da região, além de que ocupa um espaço que poderia estar sendo utilizado em benefício da comunidade estudantil do setor 01, onde se localiza a Escola Migrantes que obriga em sua estrutura a referida representação.

É imprescindível que a representação de ensino de Ariquemes tenha sede própria para abrigar dignamente funcionários e profissionais da educação que constantemente frequenta esse órgão em busca de resolução de problemas e do aprimoramento do processo ensino aprendizagem oferecido aos Municípios que dependem das atividades desse órgão, que tanto tem contribuído com o desenvolvimento das ações no setor educacional deste Estado.

Plenário das Deliberações, 05 de junho de 2007.

Tiziu Jidalias – Deputado Estadual

**- INDICAÇÃO DO DEPUTADO TIZIU JIDALIAS.** Indica ao Poder Executivo Estadual a reforma e ampliação da Escola Estadual Raimundo Catanhede, no município de Jarú.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual, com cópia ao Secretário de Estado da Educação, Prof. Ednaldo Lustosa, a necessidade de providenciar a reforma e ampliação da Escola Estadual Raimundo Catanhede, no Município de Jarú.

#### JUSTIFICATIVA

A Escola supracitada possui 20 salas de aula e atende um grande número de alunos da rede estadual de ensino, mas ainda existe demanda de estudantes que buscam uma vaga na referida Escola. Hoje a Escola além de não atender a demanda existente, ainda necessita de reforma para proporcionar na estrutura existente as condições necessárias ao bem estar de alunos, professores e profissionais que frequentam diariamente a mencionada Escola e, conseqüentemente uma educação de qualidade que vise o pleno desenvolvimento do cidadão.

Com o intuito de contribuir com o setor educacional deste Estado, intercedemos ao Poder Executivo Estadual que atenda essa reivindicação da população do referido Município.

Plenário das Deliberações, 05 de junho de 2007.

Tiziu Jidalias – Deputado Estadual

**- INDICAÇÃO DO DEPUTADO VALDIVINO RODRIGUES.** Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de recuperação, cascalhamento e construção de obras de arte da RO 133 que liga o trecho de Espigão do Oeste ao município de Ministro Andreazza e ao distrito de Novo Riachuelo.

O Deputado que a presente subscreve, obedecendo ao disposto do regimento interno e ouvido o douto Plenário, indica ao Poder Executivo Estadual através do DEOSP – Departamento Estadual de Obras e Serviço Público a necessidade de recuperação, cascalhamento e construção de obras de arte da RO 133, que liga o trecho do Município de Espigão do Oeste ao Município de Ministro Andreazza e ao Distrito de Novo Riachuelo.

**JUSTIFICATIVA**

Esta indicação é de total importância para essa região onde se concentra um grande número de pequenos produtores rurais e pecuaristas, sendo que se trata de um Pólo onde se destaca a iniciativa da agricultura familiar e com este tipo de ação poderemos incentivar o homem do campo a permanecer no seu local de origem.

A Proposição é de extrema importância e necessita de solução, para isso contamos com o apoio dos nobres pares.

Plenário das Deliberações, 19 de junho de 2007.

Valdivino Rodrigues – Deputado Estadual

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO VALDIVINO RODRIGUES.** Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de recuperação, cascalhamento e construção de obras de arte da RO 471, conhecida popularmente por Linha 5, que liga o trecho de Ministro Andreazza ao limite com o Estado de Mato Grosso.

O Deputado que a presente subscreve, obedecendo ao disposto do regimento interno e ouvido o douto Plenário, indica ao Poder Executivo Estadual através do DEOSP – Departamento de Obras e Serviço Público a necessidade de recuperação, cascalhamento e construção de obras de arte da RO-471, conhecida popularmente por Linha 5 que liga o trecho de Ministro Andreazza ao limite com o estado de Mato Grosso/MT.

**JUSTIFICATIVA**

Esta indicação é de total importância para esta região onde se concentra grande número de agricultores e pequenos produtores rurais e pecuaristas, sendo que se trata de uma região de divisão territorial entre os Estados de Rondônia e Mato Grosso.

A Proposição é de extrema importância e necessita de solução, para isso contamos com o apoio dos nobres pares.

Plenário das Deliberações, 19 de junho de 2007.

Valdivino Rodrigues – Deputado Estadual

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO MIGUEL SENA.** Indica ao Senhor Governador do Estado a necessidade de adquirir uma caminhonete cabine simples com carroceria 4X4, para a comunidade do Lago do Cuniã, município de Porto Velho.

O Deputado que a presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado, a necessidade de aquisição de uma camionete cabine simples com carroceria 4x4 para atender a comunidade do Lago do Cuniã, município de Porto Velho.

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Parlamentares, nossa propositura pretende atender a comunidade do Lago do Cuniã, que necessita escoar sua produção agrícola e não tem condições financeiras de adquirirem transporte próprio para se deslocarem até o distrito de São Carlos, cujo percurso é de aproximadamente 12 Km e é feito a pé.

Assim sendo, solicitamos que o Governador do Estado determine ao órgão competente a compra da camionete cabine simples com carroceria 4x4, para atender as diversas

necessidades daquelas famílias tão carentes, sofridas e de mãos calejadas, proporcionando-lhes uma qualidade de vida mais digna conforme preceitos da nossa Carta Magna.

Plenário das Deliberações, 30 de maio de 2007.

Miguel Sena – 2º vice-Presidente

**ATOS DIVERSOS****ATO/ADM/GP/Nº1802/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

**RESOLVE:**

**Determinar**, a instauração da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância.

Nomear a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, composta pelos servidores abaixo relacionados:

Presidente: Edneide M. S.S. Braga

Membros: Alcides Camelo da Silva  
Altamiro de S. Simpson  
Raimundo N. P. da Silva  
Antonio Eduardo R. Santos

Secretário: José Nivaldo de Almeida

A Comissão ora constituída terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de junho de 2007, para concluir a apuração dos fatos, apresentando relatório circunstanciado à

Corregedoria Geral.

Porto Velho, 04 de junho de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

**ERRATA**

**DO ATO/ADM/GP/N.º 1981/2007, publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no dia 21 de junho de 2007, n.º 75, página 1419.**

**ONDE SE LÊ:****NOMEAR**

**EDILANE RODRIGUES SIQUEIRA**, no Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, **código AP-15**, no Gabinete

da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, a partir de 01 de junho de 2007.

**LEIA-SE:**

**EDILANE RODRIGUES SIQUEIRA**, no Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, **código AP-15 + GRG**, no Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, a partir de 01 de junho de 2007.

Porto Velho, 25 de junho de 2007.

**Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira**  
**Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº2080/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

**DISPOR**

**EDIMILSON PEREIRA DE SOUZA**, para compor a MISSÃO DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no estado do Rio de Janeiro, por um período de 120 (cento e vinte) dias à partir de 18 de junho de 2007. Exime-se essa Casa Leis do ônus da função gratificada no período da disponibilidade.

Porto Velho, 09 de maio de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -**  
**Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº 2114/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**ERRATA**

Nos **ATOS /ADM/GP Nº1929 E Nº1935 DE EVANDRO MOREIRA E JOVELINA DAS GRAÇAS SILVA**, ONDE SE LÊ: na Área Administrativa da Presidência, à partir de 01 de junho de 2007.

LEIA-SE: **no Gabinete do Deputado Jair Miotto, à partir de 01 de junho de 2007.**

Porto Velho, 15 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -**  
**Presidente**

**ERRATA**

**DO ATO/ADM/GP/N.º 1983/2007, publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no dia 21 de junho de 2007, n.º 75, página 1419.**

**ONDE SE LÊ:**

**NOMEAR**

**GLAUCIA GASPAS PIANA**, no Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, **código AP-15**, no Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, a partir de 01 de junho de 2007.

**LEIA-SE:**

**GLAUCIA GASPAS PIANA**, no Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, **código AP-15 + GRG**, no Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, a partir de 01 de junho de 2007.

Porto Velho, 25 de junho de 2007.

**Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira**  
**Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº02201/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**LOTAR**

**LINDALVA DA SILVA ROMANINI**, cadastro nº 124975, ocupante do Cargo de Assessora Técnica, Código AT-15, na Divisão de Serviços Gerais, a partir de 11 de maio de 2007.

Porto Velho, 21 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -**  
**Presidente**

**ERRATA**

**DO ATO/ADM/GP/N.º 1980/2007, publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no dia 22 de junho de 2007, n.º 76, página 1431.**

**ONDE SE LÊ:**

**NOMEAR**

**MARIA JOSÉ SANTOS GONÇALVES**, no Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, **código AP-15**, no Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, a partir de 01 de junho de 2007.

**LEIA-SE:**

**MARIA JOSÉ SANTOS GONÇALVES**, no Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, **código AP-15 + GRG**, no Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, a partir de 01 de junho de 2007.

Porto Velho, 25 de junho de 2007.

**Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira**  
**Presidente**

**ERRATA**

**DO ATO/ADM/GP/N.º 2013/2007, publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no dia 21 de junho de 2007, n.º 75, página 1420.**

**ONDE SE LÊ:****NOMEAR**

**MICHEL AGORRETA LIMA**, no Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, **código AP-11**, na Área Administrativa da Presidência, a partir de 01 de junho de 2007.

**LEIA-SE:****NOMEAR**

**MICHEL AGORRETA LIMA**, no Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, **código AP-11+ G.R.G**, na Área Administrativa da Presidência, a partir de 01 de junho de 2007.

Porto Velho, 25 de junho de 2007.

**Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira**  
**Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº2043/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**NOMEAR**

**NILCEA COELHO**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessora Parlamentar, código ASP-05, no Gabinete do Deputado Jair Miotto, a partir de 1º de junho de 2007.

Porto Velho, 14 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -**  
**Presidente**

**ERRATA**

**DO ATO/ADM/GP/N.º 1982/2007, publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no dia 22 de junho de 2007, n.º 76, página 1432.**

**ONDE SE LÊ:****NOMEAR**

**PRISCILA SANTANA PINTO**, no Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, **código AP-15**, no Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, a partir de 01 de junho de 2007.

**LEIA-SE:**

**PRISCILA SANTANA PINTO**, no Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, **código AP-15 + GRG**, no Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, a partir de 01 de junho de 2007.

Porto Velho, 25 de junho de 2007.

**Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira**  
**Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº2044/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**NOMEAR**

**RAIMUNDO NONATO DA SILVA DUARTE**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessora Parlamentar, código ASP-07, no Gabinete do Deputado Jair Miotto, a partir de 1º de junho de 2007.

Porto Velho, 14 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -**  
**Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº2045/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**NOMEAR**

**SALATIEL LAURO NOBRE**, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessora Parlamentar, código ASP-07, no Gabinete do Deputado Jair Miotto, a partir de 1º de junho de 2007.

Porto Velho, 14 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -  
Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº1902/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

**EXONERAR**

**SONIA FELIX DA SILVA**, do Cargo de Provisão em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Jair Miotto a partir de 1º de junho de 2007.

Porto Velho, 12 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -  
Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº022/2005**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Exonerar o servidor EVANILDO ABREU DE MELO, do cargo de Provisão em Comissão de Chefe do Setor de Segurança e Assessoria Militar, Símbolo AL/DGS-4, deste Poder.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2005.

Gabinete da Presidência, 04 de março de 2005.

**- Deputado Carlão de Oliveira -  
Presidente**

**ERRATA**

**DO ATO/ADM/GP/N.º 1774/2007, publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no dia 22 de junho de 2007, n.º 76, página 1431. ONDE SE LÊ:**

**CEDER:**

Para o Ministério do Trabalho e Emprego o servidor **RUY PARRA MOTTA**, cadastro n.º 594-3, cargo de Procurador, sem ônus para esta Casa de Leis, no período de 1º de junho de 2007 à 31 de maio de 2008.

**LEIA-SE:****CEDER:**

Para o Ministério do Trabalho e Emprego o servidor **RUY PARRA MOTTA**, cadastro n.º 594-3, cargo de Procurador, pertencente ao quadro de pessoal efetivo estatutário deste Poder Legislativo, com ônus para o órgão de origem, mediante ressarcimento dos pagamentos pela cessionária, no período de 1º de junho de 2007 à 31 de maio de 2008.

Porto Velho, 15 de junho de 2007.

**Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira  
Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº 2164/2007**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Conceder **Licença Prêmio por Assiduidade**, de acordo com o Artigo 123 da Lei Complementar nº 68/92, de 09 de dezembro de 1992, ao servidor **ANTONIO RODRIGUES DO PRADO**, cadastro nº 185-0, Cargo de Oficial Legislativo, pertencente ao Quadro Efetivo desta Casa Legislativa, lotado no Gabinete do Deputado Jair Miotto, no período de 19/06/07 a 16/09/07, conforme Processo nº 02254/2007.

Porto Velho, 19 de junho de 2007.

**Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira  
Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº 2165/2007**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Conceder **Licença Prêmio por Assiduidade**, de acordo com o Artigo 123 da Lei Complementar nº 68/92, de 09 de dezembro de 1992, a servidora **CÉLIA MARIA GUTERRES AGUIAR**, cadastro nº 994-5, Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro Efetivo desta Casa Legislativa, lotada na Divisão de Publicação e Anais, no período de 01/06/07 a 29/08/07, conforme Processo nº 02013/2007.

Porto Velho, 19 de junho de 2007.

**Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira**  
**Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº2166/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**LOTAR**

**PEDRO PAULO BARROS REIS**, cadastro nº 304-6, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo, na Advocacia Geral, a partir de 13 de junho de 2007.

Porto Velho, 19 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -**  
**Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº2167/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**LOTAR**

**IRENE CARLOS FURTADO OLIVEIRA**, cadastro nº 878-1, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo, no Gabinete do Deputado Maurinho Silva, a partir de 13 de junho de 2007.

Porto Velho, 19 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -**  
**Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº02198/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**LOTAR**

**IVETE FERREIRA MARTINS DOS SANTOS**, cadastro nº 7-6, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo, no Instituto Legislativo Amizael Silva, a partir de 15 de junho de 2007.

Porto Velho, 21 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -**  
**Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº 2209/2007**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Conceder **Licença Prêmio por Assiduidade**, de acordo com o Artigo 123 da Lei Complementar nº 68/92, de 09 de dezembro de 1992, ao servidor **Olimpio Antonio Santos**, cadastro nº 962-2, Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro Efetivo desta Casa Legislativa, lotado no Gabinete da 1ª Secretaria, no período de 01/07/07 a 28/09/07, conforme Processo nº 02116/2007.

Porto Velho, 26 de junho de 2007.

**Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira**  
**Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº 2210/2007**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Conceder **Licença Prêmio por Assiduidade**, de acordo com o Artigo 123 da Lei Complementar nº 68/92, de 09 de dezembro de 1992, a servidora **DINAH CORDEIRO MUNIZ**,

cadastro nº 174-3, Cargo de Oficial Legislativo, pertencente ao Quadro Efetivo desta Casa Legislativa, lotada no Gabinete do Deputado Maurão de Carvalho, no período de 01/07/07 a 27/12/07, conforme Processo nº 02117/2007.

Porto Velho, 26 de junho de 2007.

**Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira**  
**Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº 02212/2007**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**CONCEDER**

Licença Sem Vencimento para Tratar de Interesse Particular, por três anos, a contar de 01/02/2007 a 01/02/2010, a funcionária **HÉLIA MARIA BOTELHO PIANA** cadastro nº 0167-8, Cargo de Técnico Legislativo, de acordo com o Art. 128, da Lei Complementar nº 68/92, alterada pela Lei Complementar nº 221, de 28/12/99, em seu § 1º, conforme Processo nº 0428/07.

Porto Velho, 22 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -**  
**Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº 2213/2007**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Conceder **Licença Prêmio por Assiduidade**, de acordo com o Artigo 123 da Lei Complementar nº 68/92, de 09 de dezembro de 1992, ao servidor **JOÃO ALVES XAVIER**, cadastro nº 428-4, Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro Efetivo desta Casa Legislativa, lotado no Departamento de Serviços Gerais, no período de 01/08/07 a 29/10/07, conforme Processo nº 0318/2007.

Porto Velho, 25 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -**  
**Presidente -**

**ATO/ADM/GP/Nº. 2222/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições e considerando o contido no Processo Administrativo nº 945/07, resolve,

**CONCEDER,**

Licença sem vencimento para exercer mandato Eletivo, no período de 06.03.2007 a 31.12.2008, ao funcionário **JUCELINO CARDOSO DE JESUS**, matrícula nº 206-4, ocupante do cargo de Motorista, pertencente ao Quadro de Pessoal Estatutário deste Poder Legislativo, nos termos da seção X, artigo 134, incisos e parágrafo único da Lei Complementar nº 68/92, de 09 de dezembro de 1992.

Porto Velho, 27 de junho de 2007.

**Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira**  
**Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº 2232/2007**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Conceder **Licença Prêmio por Assiduidade**, de acordo com o Artigo 123 da Lei Complementar nº 68/92, de 09 de dezembro de 1992, a servidora **SALETE ALCANTARA DE BRITO**, cadastro nº 791-5, Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro Efetivo desta Casa Legislativa, lotado na Divisão de Comunicação e Expediente, no período de 01/08/07 a 27/01/08, conforme Processo nº 02050/2007.

Porto Velho, 27 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -**  
**Presidente -**